



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

MARIANA SILVA XAVIER

**ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL:
ESPECIFICIDADES DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

**Brasília-DF
2023**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

MARIANA SILVA XAVIER

**ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL:
ESPECIFICIDADES DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

Trabalho de conclusão de Curso
Orientadora: Dra. Livia Freitas Fonseca
Borges

**Brasília-DF
2023**

MARIANA SILVA XAVIER

**ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL:
ESPECIFICIDADES DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

Trabalho Final de Curso apresentado à banca examinadora da Faculdade de Educação de Brasília, como requisito parcial e insubstituível para obtenção do título de Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília.

Dra. Lívia Freitas Fonseca Borges (Orientadora)

Mario Sales de Almeida (Examinador)

Francisco Thiago Silva (Examinador)

Rodrigo Teixeira (Membro Suplente)

“É justo que muito custe o que muito vale”!
Santa Teresa D’Ávila

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus e a Nossa Senhora, por sempre estarem comigo e manter firme a minha fé. Ao meu pai, Elcio Xavier, que acreditou em todos os meus sonhos desde quando era criança, me incentivou, cuidou de cada passo meu e me amou da maneira mais linda que um pai poderia fazer. Confesso que a sua partida foi dolorosa, inesperada e posso dizer que inacreditável... durante essa jornada em vida, meu pai me ensinou tanto, mas ele esqueceu de uma coisa. Esqueceu de me ensinar a viver sem ele. Como eu queria que estivesse aqui hoje presenciando essa reta final comigo, mas sigo buscando forças para realizar tudo aquilo que juntos planejávamos, aprendi que podemos ser a continuação dos sonhos daqueles que se foram e, assim, honrando o seu nome.

Não posso deixar de mencionar a pessoa que tem sido meu apoio, força e incentivo durante todos os momentos da minha vida, ela que segura na minha mão, que me abriga em seus braços nas maiores aflições, que aplaude cada conquista e me ensina todos os dias que o amor acontece nos pequenos detalhes da vida, a minha mãe! Que além disso me presenteou com dois irmãos, Lauanne e Junior, exemplos de cumplicidade e afetividade, dois professores que me influenciaram a seguir a mesma profissão, que me inspiraram e continuam a inspirar dia após dia. Agradeço também a minha cunhada e o meu cunhado que estão sempre torcendo pela minha felicidade e aos meus sobrinhos que me mostram a bondade de Deus na minha vida.

Quero agradecer a minha orientadora, Dra. Livia Freitas Fonseca Borges, que acreditou na minha capacidade em meio a tantas situações que poderiam ir contra a conclusão desse trabalho, além de enxergar sempre o que havia de melhor em minha formação e do que eu seria capaz de realizar. Ao Mario Sales, meu supervisor do estágio obrigatório em espaços não escolares pela Faculdade de Educação da UnB, que me recebeu de braços abertos na Escola Superior da Polícia Civil do Distrito Federal, sendo inclusive a razão desta presente pesquisa. E a banca examinadora que disponibilizou seu tempo para apreciar e avaliar os resultados do presente trabalho.

Agradeço também de forma especial aos meus amigos que acompanharam esse processo, colegas de profissão e todos os professores que passaram pela minha vida desempenhando um papel significativo no meu aprendizado, na minha escolha profissional e sendo a razão da minha chegada até aqui.

Por fim, ressalto que os últimos dias não foram fáceis, na verdade, os últimos

meses... ansiedade a mil, coração apertado, o medo batendo à porta e eu quase abrindo e o convidando para se sentar, mas foram essas pessoas que acreditaram em mim quando nem eu mesma acreditei, com todas as orações e cuidado ao longo dessa jornada que me fizeram não desistir. A vocês minha eterna gratidão, nós conseguimos!

SUMÁRIO

1. RESUMO	8
2. INTRODUÇÃO	10
2.1 Sobre o contexto da Pesquisa – A Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal	11
3. MEMORIAL.....	15
4. METODOLOGIA.....	17
5. PEDAGOGIA EM ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO ESCOLARES.....	22
5.1 Atuação do pedagogo na escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal	28
5.2 Aprendizagem baseada em problemas - ABP.....	36
5.2.1 Contexto da Aprendizagem Baseada em Problema - ABP.....	37
5.2.2 Etapas da Aprendizagem Baseada em Problemas	40
6. DA FORMAÇÃO POLICIAL E SUAS EXIGÊNCIAS EDUCATIVAS.....	45
6.1 Princípios da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública	48
6.2 Construção Curricular	50
6.2.1 Eixos Articuladores	51
6.2.2 Áreas Temáticas.....	54
7. AS ESPECIFICIDADES PEDAGÓGICAS DE ESCOLA SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL.....	55
7.1 A importância do docente	59
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

1. RESUMO

A presente pesquisa se fundamentou a partir dos esforços em responder quais são as especificidades do trabalho pedagógico realizado pela Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal. Onde teve por objetivo central identificar e analisar as ações formativas realizadas nesse espaço educativo não escolar. Para tal, foram feitas as análises documentais a partir da *Matriz Curricular Nacional, para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública* no âmbito distrital. Nesse sentido, buscamos analisar como a referida matriz tem orientado o Setor de Planejamento Pedagógico da ESPC-DF, no que tange aos conhecimentos e diretrizes imprescindíveis ao trabalho dos docentes habilitados que atuam nos cursos direcionados aos profissionais de segurança pública do Distrito Federal.

Partimos do pressuposto de que a referida matriz é um referencial teórico-metodológico que norteia as ações pedagógicas responsáveis pelos cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da área de segurança (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar).

Os docentes responsáveis em conduzir as disciplinas programadas para cada curso são profissionais que atuam no atendimento perante à sociedade e demandas que cercam rotineiramente a atuação policial, cujas ações principais muitas vezes não possuem relação com as áreas educacionais. Assim, a ação pedagógica em cursos e eventos de formação continuada dos policiais exigem formações didáticas conduzidas pelos responsáveis pedagógicos dessas instituições, para que haja um processo de ensino e aprendizagem ativo e eficaz frente aos resultados almejados por aqueles que serão formados pelos devidos cursos.

A matriz referencial aborda estratégias indispensáveis para o alcance de um dos objetivos finais da ESPC-DF: *planejamento de ações formativas para formar profissionais que possam, de maneira autônoma e responsável, reagir e refletir criticamente frente às demandas complexas que surgem constantemente em suas rotinas de trabalho.*

A presente pesquisa buscou então a partir dessas informações destacar a importância das estratégias didáticas e metodológicas, do planejamento e, principalmente, da identificação do trabalho realizado por pedagogos e pedagogas neste espaço formativo. Esperamos que a referida pesquisa venha contribuir com o importante debate educacional no cenário das academias de polícia, em especial no Distrito Federal, cujo trabalho

pedagógico precisa ser conhecido por grande parte da população. Além disso, a temática da presente pesquisa ainda necessita ser ampliada e divulgada.

Palavras-chave: Pedagogia não escolar; Ações formativas; Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal; Pedagogia; Trabalho Pedagógico.

2. INTRODUÇÃO

O estudo referente ao ensino realizado na Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal, como tema central deste trabalho justifica-se por ser um espaço educativo onde se faz necessária a presença de pedagogos responsáveis em planejar, organizar e estruturar o ensino aqueles que atuam na segurança pública da sociedade. Ou seja, para formar profissionais qualificados e aptos na execução de suas atribuições e, especificamente, na complexidade da segurança pública e a vasta demanda que permeia a rotina de trabalho desses profissionais. Logo, é preciso que existam práticas educativas eficazes, responsáveis em contribuir diretamente com o tipo de profissional que se espera e o retorno dos resultados para a própria população.

Porém, pouco se conhece ou se fala da atuação pedagógica nessas instituições. É preciso entender que a educação permeia toda a sociedade e que tem uma função significativa no desempenho das atribuições que definem o perfil desses servidores, uma vez que sabemos das especificidades que norteiam a atuação dos mesmos. Nesse sentido, exige-se desses, competências e habilidades específicas que precisam ser repassadas para o desempenho de suas funções, assim sendo necessário ações formativas estratégicas para a efetivação dos conhecimentos que deverão ser reproduzidos. Libâneo, confirma a importância desse processo na formação profissional ao definir a educação como:

A educação está ligada a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores etc. É intrínseco ao ato educativo seu caráter de mediação, mediante o qual favorece o desenvolvimento dos indivíduos na dinâmica sociocultural de seu grupo, sendo que o conteúdo dessa mediação são os saberes e modos de ação, isto é, a cultura que vai se convertendo em patrimônio do ser humano. (LIBÂNEO, 2001, p. 07)

Assim, há uma fundamentação didático-metodológica presente na matriz referencial para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública que direciona as disciplinas curriculares, assim como a transversalidade dos direitos humanos, reflexões sobre as práticas pedagógicas e, principalmente, a intencionalidade de planejamento e prática das atividades formativas. O que torna imprescindível a adoção de uma metodologia específica para a consolidação do ensino para esses profissionais.

Cabe ressaltar que as práticas pedagógicas da Escola Superior da Polícia Civil visam ações educacionais pautadas por competências, ou seja, conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. Com o principal objetivo de alavancar o desempenho e eficácia dos profissionais das carreiras policiais do Distrito Federal, frente às necessidades institucionais e sociais que interferem na rotina de trabalho em que estão inseridos. Orientados pela matriz de referência, que rege todo o setor de planejamento pedagógico em busca dos melhores resultados e desempenho desses que atuarão na segurança pública em prol da sociedade em geral.

Acreditamos que é importante também destacar o modelo de aprendizagem que é sugerida para a concretização desse ensino: Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), que pode ser útil para outras instituições e profissionais da educação, mostrando que o foco principal não está relacionado ao que será ensinado e em listagens de conteúdos que devem ser repassados e memorizados, mas sim como esses devem ser aprendidos, ou seja, o foco em “como aprender”. (AMARAL, 2017, p. 49).

Partindo dessa ligação direta entre a educação e o trabalho realizado pelos profissionais da área de segurança pública, a presente pesquisa terá como objetivo geral a análise das propostas inseridas a partir da *Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública no âmbito da Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal*, no sentido da construção do currículo de ensino para a formação policial, os instrumentos pedagógicos orientadores das ações pedagógicas que consolidam a atuação dos servidores da segurança pública, conforme a articulação entre eixos transversais e as áreas temáticas específicas. Além dos seguintes objetivos específicos:

1. Analisar a proposta curricular da ESPC-DF no que concerne às dimensões contextuais, políticas e técnico-metodológicas.
2. Analisar a abordagem empregada no processo de ensino e aprendizagem, pautada na problematização, ou seja, metodologias ativas.
3. Identificar o papel do pedagogo na Escola Superior da Polícia Civil do Distrito Federal.

2.1 Sobre o contexto da Pesquisa – A Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal

Em destaque, a Academia de Polícia do Distrito Federal, criada em 30 de setembro, através do Decreto n 824, de 30 de setembro de 1968 (Regimento escolar da academia; portaria

número 39, de 10 de agosto de 2012). Foi sediada em diversos endereços e passou por várias nomenclaturas até o ano de 2011. Passou a sediar definitivamente no Riacho Fundo II; após alguns anos, em 2018, pelo Decreto n 39.218 foi denominada Escola Superior de Polícia Civil - ESPC.

Nesta perspectiva, a presente unidade orgânica da Polícia Civil do Distrito Federal, apropria-se de uma missão institucional e social pautada na formação e capacitação continuada dos servidores de segurança pública do DF, contemplando de maneira integral e humanizada as ações educativas que regem tais esforços.

O investimento educacional e a valorização dos profissionais das carreiras policiais do Distrito Federal têm como principal objetivo o retorno à população brasileira, revestidos da preocupação do aumento da efetividade e máxima assertividade do trabalho operacional dos policiais frente às demandas sociais, além da superação dos desafios com que se deparam constantemente em situações complexas da rotina de trabalho. A missão da polícia do Distrito Federal tem por fundamento:

Promover a segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais, no desempenho de função da polícia judiciária, tendo como pilares a ética os direitos humanos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados, visando aprimorar o exercício da cidadania (Plano Anual de Formação Policial. Brasília, 2015)

Desse modo, passam a ser indispensáveis ações formativas e práticas educacionais, através do setor de planejamento pedagógico da ESPC-DF, que corroboram para a formação e qualificação dos policiais civis e de áreas correlatas para a execução assertiva diante o enfrentamento das diferentes formas de violências e criminalidades, em conformidade à gestão pública do Distrito Federal. A matriz destaca nas seguintes palavras:

[...] as ações realizadas nos espaços educativos devem estar voltadas para o desenvolvimento das competências profissionais necessárias à atuação do profissional de segurança pública no contexto em que as necessidades e as exigências sociais se estabelecem (SENASP, 2014, p.16)

A presente ação educacional perpassa um processo formativo, a formação pedagógica dos quadros docentes, aliado ao auxílio no processo de formação continuada desses

profissionais, visto que a prática pedagógica fundamentada potencializa os resultados almejados, principalmente, em relação às boas práticas da atividade policial, qualificando os esforços institucionais empregados frente às necessidades sociais. Nesse sentido, fortalecendo habilidade e eficiência necessária para a formação do servidor público atuante, prevendo como resultado a flexibilização para reverter problemáticas, além de reflexões críticas frente às tomadas de decisões, zelo pela segurança própria, da equipe que faça parte e da população, ações cautelosas integradas e comprometidas com o bem coletivo da sociedade, pautados nos princípios básicos da legalidade, moralidade, impessoalidade, que formalizam os princípios do direito administrativo do Estado presentes no art.37 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

O trabalho pedagógico desenvolvido na ESPC-DF visa o atendimento de qualidade, fomentar as competências fundamentais no exercício de suas respectivas funções, reduzir os riscos com os quais se submetem os policiais e indivíduos das sociedades, máximo aproveitamento das condutas dos profissionais de segurança pública frente às necessidades da população em geral, maximizar o acesso a sistemas de inteligência, além do aperfeiçoamento dos procedimentos rotineiros das atividades policiais.

Por isso, o fortalecimento da formação para as carreiras policiais implica diretamente na discussão sempre em voga: o modelo de polícia idealizado pela sociedade. Ou seja, a dualidade entre policiais repressivos detentores do controle social e, por outro lado policiais motivadores e propulsores dos direitos humanos fundamentais, comunitários e humanitários, principalmente, quando se depararem com grupos marginalizados e vulneráveis

Dessa forma, cabe a reflexão crítica das escolhas educativas em que a instituição será posicionada, devendo idealizar-se sobre o que e como a aprendizagem deverá ser repassada, as competências necessárias, as habilidades fundamentais, os conhecimentos indispensáveis, além dos temas geradores e como serão conduzidos e distribuídos às práticas formativas.

A Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal preocupa-se para além de conteúdos programáticos com as instalações e ambientes de ensino, que influenciam diretamente no processo de ensino e aprendizagem de qualquer modalidade educacional. Propiciando locais apropriados para o desenvolvimento de práticas policiais que precisam ser exercitadas, como técnicas de tiro, abordagem, autodefesa, atendimento pré hospitalar, entre outros. Assim como, o incentivo e estímulo a debates sensíveis que permeiam o trabalho policial, que por muitas vezes são expostos e vivenciados pela própria sociedade, como: uso excessivo de força, abuso de poder, racismo e sexismo, e até mesmo as relações entre os órgãos que fazem parte da justiça criminal.

Portanto, o planejamento pedagógico dos cursos de formação, progressão e aperfeiçoamento dos cargos de carreiras policiais, para além da criminalidade, postura necessária que deve ser empregada pelos servidores, deve contemplar as violências de gêneros e raciais, tanto na prática social, quanto no âmbito da própria polícia, em detrimento das relações entre os profissionais que desempenham as mesmas ou distintas funções, motivando sempre o respeito integral à diversidade existente entre os pares. Assim, entendemos que o pedagogo responsável contribui significativamente para a construção curricular democrática e eficaz no processo de ensino e aprendizagem.

Antes de expor os resultados da pesquisa será apresentado um pequeno memorial da trajetória acadêmica da discente até chegar no presente trabalho.

3. MEMORIAL

Ao lembrar o início da minha graduação percebo que sempre imaginei como seria chegar no processo da escrita do trabalho final de curso, por vezes cheguei até pensar que não conseguiria escrever tanto sobre determinado assunto, ou até mesmo tornar-me uma pesquisadora. Porém, é surpreendente a transformação e a evolução dos processos formativos que são desenvolvidos dentro da Faculdade de Educação na Universidade de Brasília que propiciaram a minha formação acadêmica e profissional.

Chegar nos primeiros semestres da educação superior depois de concluído o ensino médio é um desafio. A imaturidade, a falta de alguns conhecimentos e habilidades requeridos que não são oferecidos da mesma forma para a rede pública na educação básica nos fazem confrontar com as diversas realidades encontradas dentro de uma mesma sala de aula na graduação, comparações e sentimentos de não pertencimento a esse espaço tentaram me desmotivar por várias vezes. No entanto, ao não me abalar pelas primeiras dificuldades, fui me tornando uma profissional da educação antes mesmo de concluir o meu curso.

É impossível não destacar a importância dos conhecimentos adquiridos por meio das aulas no decorrer desses anos, o quanto a UnB é responsável por formar cidadãos críticos, reflexivos e autônomos, o quanto a teoria associada à prática nos torna profissionais qualificados para o ambiente em que decidirmos trabalhar, seja na sala de aula, com educação especial, gestão, espaços não escolares, e assim nos mais diversos caminhos e possibilidades que descobrimos com a pedagogia. O vasto currículo da Faculdade de Educação nos apresenta infinitas temáticas em que o pedagogo está inserido, as mais diversas formas de como, onde, a quem ensinar e a importância da nossa profissão.

Durante esses anos pude viver diversas experiências através desse meu caminho com a UnB, passei por estágios remunerados desde o primeiro semestre em escolas conceituadas de Brasília, onde também pude experienciar o primeiro contrato CLT como auxiliar de disciplina, o que contribuiu significativamente para a formação que venho recebendo e a profissional a qual quero me tornar. Passei por quatro estágios obrigatórios, sendo um realizado de maneira remota durante a quarentena da pandemia da Covid-19, que foi um dos momentos mais desafiadores nesse processo de graduação, mas sem dúvida um processo de crescimento muito forte e significativo.

Durante as aulas remotas, foi o momento em que mais me apaixonei pela educação, onde destravei meus medos e percebi o quanto eu era capaz e a certeza de ter escolhido a

pedagogia para minha vida profissional. Ao perceber a minha capacidade na realização de trabalhos que jamais imaginei conseguir fazer, ler os meus escritos, as pesquisas que fazia, a comunicação e propriedade nos assuntos relacionados com a educação, só cresciam cada vez mais o desejo de engajar de fato nos meus estudos e carreira. No ápice da minha vontade, no meio da pandemia, meu pai veio a falecer. Ele que foi um dos maiores incentivadores durante toda a minha vida, companheiro fiel nas atividades escolares, na preparação para o vestibular e o que mais acreditava no sucesso que eu viria a ter depois de formada.

Naquele momento, eu me vi perdida e desolada. Nunca achei que no auge dos meus 20 anos, tão nova, eu perderia alguém tão importante na minha vida e que teria que aprender a seguir em frente com toda a dor que sentia. Foi difícil conciliar trabalho, faculdade e um luto ao mesmo tempo, mas percebi o quanto eu consegui ser forte e ainda sou. Hoje, a minha maior motivação em concluir o curso é realizar e concretizar todas as palavras que eram pronunciadas pela boca do meu pai em relação ao meu futuro e o sucesso que eu teria na minha área profissional, além disso ele deixou a missão de cuidar da minha mãe, somos só nós duas: eu por ela e ela por mim. Dessa forma, busco a cada dia ter condições e me destacar na minha profissão para conseguir ter o melhor retorno possível desses esforços e viver tranquilamente.

Ao chegar nessa reta final só posso agradecer a todo caminho percorrido até aqui, aos professores e os conhecimentos que esses transmitiram com tanta dedicação e maestria, além de cada oportunidade que a Universidade de Brasília proporciona constantemente, sendo uma delas o motivo e objeto de pesquisa para esse trabalho de conclusão de curso: o estágio obrigatório em espaços não escolares. Estágio esse que me tirou da zona de conforto, me levou para um espaço em que jamais havia imaginado existir um pedagogo atuando em sua área de formação profissional, mais ainda, a descoberta de uma escola totalmente dedicada e organizada à formação dos policiais da nossa sociedade. Conhecer a rotina da academia de polícia, o trabalho e o planejamento pedagógico imprescindíveis para a efetiva atuação dos policiais e a possibilidade de poder estagiar junto à equipe responsável pelo setor de planejamento pedagógico da ESPC me possibilitou conhecer o trabalho pedagógico realizado para além da sala de aula da educação básica.

4. METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa está pautado no método da análise documental e por observação direta a partir da experiência realizada no Estágio Obrigatório do currículo de Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, em espaços não escolares. O que foi de grande aproveitamento para a minha formação enquanto futura pedagoga, pois de maneira particular pude desvendar um campo pedagógico que não era conhecido na minha vivência.

Esse método de observação direta caracteriza-se na metodologia participante segundo as definições de Antônio Carlos Gil (2009): “A pesquisa participante, assim como a pesquisa-ação, caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas” (GIL, 2009, p.55). Ou seja, acontece sobretudo pela vivência do pesquisador diretamente no meio em que o objeto de estudo se realiza, um contato na prática com o tema que se escolhe pesquisar e sua função no contexto real.

O pesquisador durante esse processo pode já fazer parte desse ambiente, ou inserir-se com o próprio objetivo de observar/investigar para construir dados. Nesse caso aqui apresentado dentro da Escola Superior de Polícia Civil aconteceu de maneira natural, uma vez que o interesse para aprofundar o estudo acerca do trabalho pedagógico realizado por esses profissionais se deu por meio da vivência como estagiária que tinha como uma de suas funções observar a rotina, como se dividiam as tarefas e a maneira para as executá-las, os eventos que eram realizados, participar das reuniões, sem interferir na realidade dessas atribuições, auxiliando e contribuindo apenas quando necessário. Por isso nesse método o pesquisador pode se definir como apenas observador, ou também como participante, que para além de estar atento às atividades podem contribuir quando solicitados e assim, despertar um interesse em aprofundar-se no ambiente em que está inserido, no trabalho lá realizado, nas contribuições que trazem para sociedade ou até mesmo nas problemáticas que permeiam o desempenho das atividades nesses espaços.

Já a análise documental vem como uma sustentação teórica das movimentações observadas na prática, aqui conseguimos aliar a teoria com a prática. Nas palavras de Alessandra Pimentel (2001) define-se como: “Estudos baseados em documentos como material primordial, sejam revisões bibliográficas, sejam pesquisas historiográficas, extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta” (PIMENTEL, 2001, p.180), que permitem aprofundar os conhecimentos acerca do contexto em

que se fundamentou o objeto da pesquisa, os documentos oficiais que regem sua existência e atribuições e os materiais que direcionam suas ações.

Além disso, essa pesquisa documental proporciona meios estáveis de dados concretos do referente objeto e, de acordo com GIL (2009), pode ainda contribuir para uma possível reelaboração desses escritos através dos resultados obtidos da pesquisa. Esse método nos permite aprofundar em determinados assuntos e conhecimentos a respeito de lugares que não temos condições de ter acesso fisicamente, acrescentado ainda do processo histórico que levou a criação do fenômeno estudado e sua importância. Devo destacar que essa metodologia nem sempre está pautada em resolver algum problema ou responder a eles, mas possibilita uma ampliação sobre o assunto, aproximam a sociedade dos objetivos que estão atrelados a sua existência, além de incentivar outras pessoas a se aprofundarem no estudo e construir suas próprias teorias, concepções e até mesmo o interesse em também fazerem parte desse meio em específico.

Assim, ao vivenciar esse estágio e conhecer um pouco do trabalho cotidiano da Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal, seus objetivos, suas competências e obrigadoriedades e, principalmente, sua importância frente à formação daqueles que trabalham dia e noite para nossa segurança, pude me interessar imensamente pelo trabalho desenvolvido pelo setor de planejamento pedagógico, a função do pedagogo responsável por essas demandas e o desejo de um dia trabalhar nesse ambiente educacional articulado diretamente com a segurança pública.

Logo, decido por este estudo aprofundado sobre a temática de pesquisa para alargar meus conhecimentos e, também, para evidenciar esse campo pedagógico para aqueles da área da educação que ainda não possuem a mesma dimensão que eu tinha. É necessário romper com a interpretação limitada da pedagogia e da sala de aula infantil, relação de “tia” ou “tio” entre estudantes, deixar de condicionar a pedagogia apenas para o ambiente escolar, pois essa se faz indispensável para as mais diversas instituições sociais, seja na segurança pública, como na área da saúde, órgãos governamentais em geral e empresas privadas, que carecem de estratégias metodológicas ativas e eficazes para a formação dos seus profissionais, acarretando conseqüentemente na qualificação dos serviços oferecidos para a toda a população.

Para cumprir com estes objetivos foi preciso dividir em algumas etapas o processo de elaboração deste trabalho:

A primeira fase consistiu na observação e participação nas atividades realizadas na Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal, onde foi possível identificar o trabalho

pedagógico realizado para consolidar a formação dos servidores da área de segurança pública do DF, além de contribuir na organização de eventos e cursos para esses profissionais. Nesse primeiro momento foi onde realizei as atividades exigidas pelo estágio obrigatório em espaços não escolares e pude conhecer a rotina do trabalho pedagógico realizada pela ESPC-DF.

Logo no primeiro dia de estágio tive uma conversa inicial com o supervisor do estágio, chefe do setor de planejamento pedagógico da escola e formado em pedagogia pela Universidade de Brasília, ele expôs toda rotina de trabalho e as demandas as quais lhes são atribuídas como: seleção de conteúdo para os cursos de formação e capacitação, elaboração de grade horária, produção de materiais, contato com os professores especialistas que ministrarão as aulas, orçamentos, oficinas didáticas para auxiliar os docentes em suas ações formativas em sala de aula ou no espaço que for desenvolvida determinadas atividades, dentre outras. Todas essas atribuições me levaram a compreender a distinção que Libâneo nos traz em uma de suas obras em relação aos pedagogos: “A caracterização de pedagogo-especialista é necessária para distingui-lo do profissional docente.” (LIBÂNEO, 2001, p.12) ou seja, há um campo pedagógico responsável em definir, estabelecer e planejar ações formativas de maneira intencional a fim de consolidar o processo educativo e dentro dessa perspectiva conseguimos evidenciar a importância de entender os espaços de atuação desses pedagogos e, principalmente, ampliar dentro da graduação de pedagogia o preparo desses profissionais para além da sala de aula.

Durante esse período na Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal foi possível identificar que o processo educativo perpassa por várias etapas e condicionantes para se consolidar. Quero dizer que a educação não se resume a transmissão de conteúdos e que os resultados dependem de vários fatores como o espaço adequado para aprendizagem, recursos e materiais didáticos, organização estratégica, distribuição de carga horária e esses aspectos foram identificados quando tive a oportunidade em conhecer a estrutura física da ESPC, as salas de aula, os auditórios, o laboratório de informática, a própria academia para atividade física dos que frequentam aquele espaço e necessitam de um preparo físico, assim como as salas que realizam as modalidades de luta e defesa pessoal que integra a estrutura curricular dos profissionais da área de segurança pública e fora esses espaços que estão localizados na sede do Riacho Fundo, há ainda o SAT (Seção de Adestramento Técnico) que fica localizado em Taguatinga no antigo prédio da escola onde são desenvolvidas atividades específicas como armamento e algumas outras técnicas corporais. Pude participar de um curso para autodefesa das profissionais de segurança pública do Distrito Federal realizado nesse espaço, o público-

alvo eram mulheres da polícia militar, corpo de bombeiros e polícia civil, tivemos contato com estande de tiro e salas para treinamento técnico

Além de ir até esses espaços onde acontecem os cursos de formação, poder presenciar alguns deles, participar de reuniões e contribuir na própria construção curricular do curso que foi realizado para escrivão e agente da polícia civil do Distrito Federal iniciado em 2021, tive a oportunidade em conhecer a rotina desses profissionais na prática e identificar no exercício de suas atribuições as competências que são transmitidas pela ESPC-DF. Fui a delegacias, no complexo na PCDF onde são realizadas grande parte das atividades dessa instituição como identificações criminais, perícias, apoio estratégico e operacional, o Instituto Criminalístico, Departamento de Polícia Especializada, entre outras. Onde foi completamente notória a importância dos cursos que eles tiveram que fazer para ocupar tais cargos, ficando perceptível a importância de cada componente curricular que integra a grade horária exigida para o efetivo exercício desses profissionais, além dos cursos de formação e atualização profissional que precisam continuar fazendo ao longo de sua profissão para aperfeiçoar as técnicas e a constante evolução que estamos inseridos na nossa sociedade.

Outra observação importante para a realização do presente trabalho foi o evento realizado pela Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal no dia 24 de abril de 2023, já enquanto estava trabalhando nesta pesquisa, em que aconteceu a abertura do curso de formação dos aprovados no concurso de escrivão da PCDF em que pude contribuir em algumas atividades organizacionais. O evento aconteceu para dar boas-vindas aos cursistas e iniciar as atividades programadas, recebeu autoridades do Distrito Federal para a formalização do início das aulas, além da presença de delegados e o diretor geral da Escola Superior da Polícia Civil do Distrito Federal, instrutores que formaram o corpo docente, a equipe do setor de planejamento pedagógico da ESPC-DF e foi aberto para uma pequena quantidade de familiares convidados dos aprovados. À frente deste evento estava o policial civil, pedagogo chefe do setor de planejamento pedagógico e, sua equipe formada por policiais civis que desempenham suas funções na Escola.

Assim, para dar seguimento ao meu trabalho entrei na segunda fase em que foi preciso encontrar documentos que permitissem aprofundar os meus estudos acerca dessa área pedagógica, fontes e dados relacionados à pedagogia em espaços não escolares, a atuação dos pedagogos nessas instituições e, principalmente, documentos referentes à educação dos profissionais da área de segurança pública e a respeito da própria Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal. Tive acesso a leituras e registros sobre documentos institucionais,

como: matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública; aprendizagem baseada em problemas na formação policial: um debate metodológico; regimento interno e escolar da academia de polícia civil; plano anual de formação policial; planos de ensino e aula, disponibilizados pelo pedagogo do setor de planejamento pedagógico.

Fomentados por alguns referenciais teóricos para consolidar minha pesquisa nessa área educacional, como: Libâneo, Paulo Freire, Livia Borges, Gimeno Sacristán, Philippe Perrenoud, entre outros autores que potencializaram meus conhecimentos teóricos. Nesse momento realizei a construção de dados, levantei informações que julguei serem indispensáveis para a sustentação deste trabalho, arqueei os documentos que seriam utilizados o local em que tinha os encontrados, além de destacar possíveis referências que estivessem interligadas e identificadas com os objetivos da pesquisa.

Por fim, na terceira e última etapa foi realizada a organização das informações encontradas e estruturado o presente trabalho. Aqui realizei leituras aprofundadas dos textos que selecionei e das pesquisas que foram feitas acerca dos assuntos definidos para compor o trabalho e realizado pequenos resumos a partir das análises feitas. Partindo desse estudo, consegui identificar as áreas centrais do meu objeto de pesquisa e estabelecer os meus objetivos que para além de apresentar a Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal como espaço de atuação do pedagogo, se preocupou em destacar a pedagogia para além da educação básica e do trabalho docente, a importância da construção curricular nos processos educativos, o papel do pedagogo na ESPC-DF e a metodologia baseada em problemas como uma ferramenta eficaz no processo de ensino e aprendizagem.

5. PEDAGOGIA EM ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO ESCOLARES

Antes de evidenciar as atribuições do pedagogo na escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal, é preciso destacar e, principalmente, ampliar os conceitos de educação e pedagogia. Tendo em vista que, ambos os assuntos são tratados de uma forma muito genérica por parte da sociedade, além de uma falsa percepção de seus objetivos, uma vez que a educação por muito tempo ficou restringida às paredes das escolas.

Ao aprofundar os estudos acerca da pedagogia, é possível perceber a gama de possibilidades que essa traz consigo, assim fazendo-se necessário romper com a simples ideia de que serve apenas para fundamentar o modo como ensinar, repassar as matérias e conteúdo, ensinar a ler e escrever, ou seja a aplicação de métodos e procedimentos. O que não é errado, de fato a pedagogia tem um intuito de ensinar a didática aos professores, facilitar a construção de planejamentos, currículos e projetos políticos pedagógicos, todavia ela assume uma responsabilidade ainda maior. A esse respeito Libâneo nos diz: “[...] ela é um campo de conhecimento sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa”. (LIBÂNEO, 1988, p.30)

Ou seja, para além de como fazer, tem como um dos seus principais objetivos a finalidade de cada ação educativa, o retorno dos resultados obtidos para a própria sociedade. Portanto, pauta-se em fundamentos sociopolíticos colocando em destaque os interesses sociais em conflito de cada indivíduo que tem como caráter a transformação da realidade. Paulo Freire (1968), deixa essa vertente bem explícita quando diz que a educação é emancipadora e libertadora, onde perpassa o saber ler e escrever. Nessa perspectiva, Libâneo, contribuiu significativamente para a ampliação do conceito de pedagogia, inclusive desmistificando os próprios pedagogos que estão inseridos dentro das escolas e acabam a reduzindo meramente ao trabalho docente realizado dentro das salas de aulas, em uma de suas obras ele nos diz:

Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana (LIBÂNEO, 1998, p. 30)

Nesse sentido, fica evidente que a educação ou os processos educativos acontecem nos

mais diversos espaços sociais de convívio e interação, podendo ocorrer nas famílias, nas instituições religiosas, nos meios de comunicação e em destaque no trabalho. Libâneo (2018), em seu livro *“Pedagogia e Pedagogos, para quê”*, nos apresenta conceitos de educação de uma forma bem simples, a fim de caracterizar e distinguir as manifestações e possibilidades das práticas educativas. A primeira é a educação informal, sendo essa o reflexo do meio em que estamos inseridos, acontece no nosso dia-a-dia, dentro das famílias, nas igrejas, por meio das relações individuais, no cumprimento dos direitos e deveres, na interação com os espaços físicos e ecológicos, nas manifestações culturais, ou seja, não estão direcionados a instituições específicas, nem são conduzidas de formas intencionais, planejadas e organizadas, acontecem naturalmente a partir do convívio entre pares e conforme a capacidade individual de cada ser humano.

Por outro lado, temos a educação formal, que por sua vez atua de maneira sistemática e institucionalizada, com objetivos bem estabelecidos em formar cidadãos para o seu desenvolvimento integral, seja nos ambientes escolares ou não, uma vez que a educação se faz presente no contexto do trabalho também, essa que é o foco da presente pesquisa, pois se concretiza em um espaço não escolar, de forma intencional e estruturada. Dentro dessa perspectiva é possível compreender o papel do pedagogo para além das escolas dos sistemas de ensino da Educação Básica, compreender a vasta possibilidade de atuação em que estão inseridos, além de identificar os diversos contextos em que se exige esse profissional como, por exemplo: órgãos públicos, serviços sociais, empresas públicas ou privadas, hospitais, fundações públicas, dentre tantos outros, em destaque aqui na Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal, onde a principal função desses profissionais é desenvolver projetos e ações pedagógicas nos departamentos em que são inseridos para fomentar e promover a formação em serviço do seu pessoal, aperfeiçoar a qualidade do serviço oferecido, analisando as especificidades e necessidades dos espaços e dos indivíduos. Em outras palavras são profissionais da educação que desempenham o seguinte papel:

[...] formadores ocasionais que ocupam parte de seu tempo em atividade pedagógica em alguns órgãos públicos estatais e não estatais, empresas referentes a transmissão de saberes e técnicas ligadas a outra atividade profissional especializada. Trata-se, por exemplo, de engenheiros, supervisores de trabalho, técnicos e etc. Que dedicou boa parte de seu tempo a supervisionar ou ensinar trabalhadores no local de trabalho. (LIBÂNEO, 1998, p.51 e 52).

A partir desse exposto fica evidente a importância da ampliação do conceito de

educação e o rompimento da ligação direta que o senso comum atribui aos pedagogos quando reduzidos a “tio” ou “tia”, onde seu único espaço de atuação é dentro das salas de aulas. Pois, fica comprovado que vários são os espaços que necessitam do trabalho desempenhado por esses profissionais, a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de 1996, afirma em seu art.1º: "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, os movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais". Vale ressaltar que ao falarmos da educação para além das escolas não estamos querendo colocá-las em uma posição de superioridade, ou ainda desmerecer os profissionais da educação básica, pelo contrário, temos como um dos objetivos mostrar o quanto a pedagogia tem se estendido dentro dos mais variados espaços sociais e ampliando as possibilidades de atuação do pedagogo que por muito tempo ficou reduzido à docência nos primeiros anos de formação das crianças. Livia Borges, professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, em uma de suas obras destaca:

A nossa posição a esse respeito é que a docência sendo a base da formação do pedagogo ela não compreende a totalidade dessa formação e que a experiência da sala de aula em ambiente escolar em muito poderá contribuir para a ampliação do trabalho pedagógico em outros cenários educativos, sejam eles escolares ou não escolares. (BORGES, 2012, p.130)

Considero importante ainda destacar o conceito dessa educação não escolar para uma ampla compreensão através das palavras da autora Mariana Serejo:

Optamos por empregar o termo educação não escolar para nos referirmos à educação realizada nas diferentes instâncias sociais, que não se configuram como escolas propriamente ditas (destinadas a ofertar o ensino sistematizado a partir da regulação do poder público, em atenção a LDB) (SOUZA, 2023, p.34)

Nesse contexto da educação em diferentes espaços educativos, cabe destaque a Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal, que conta com uma proposta pedagógica para a formação dos seus quadros, por meio da formalização e adequação das estratégias pedagógicas pelas quais são regidas como, entre outros documentos, por uma Matriz Curricular Nacional

que organiza as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, assim como os regimentos internos e planos anuais de formação, com intuito de auxiliar os profissionais que atuarão diretamente no processo de ensino-aprendizagem e potencializando o desempenho das atividades atribuídas com o máximo proveito em todo território nacional. Dessa forma, pode-se perceber que para todo trabalho pedagógico, seja dentro das escolas ou em diferentes contextos formativos, são fundamentais a organização curricular e uma matriz que direcione o caminho a ser percorrido, a fim de garantir a efetivação do que se pretende ensinar e em se tratando de instituições formativas em nível nacional conseguir ao mesmo tempo equiparar o ensino no que for necessário, e também respeitar as peculiaridades e demandas locais.

Cabe dizer que as atividades pedagógicas que cercam esses espaços estão inseridas em uma ampla demanda de atribuições para além da sala de aula e se relacionam com habilidades e domínio específico acerca da sua área de atuação como o planejamento educacional, didática, concepções pedagógicas, construção de uma gestão democrática, técnicas e metodologias que permeiam as formas de ensinar, além de entender que o processo educativo é um campo investigativo e precisa compreender o contexto social a qual esteja atrelado, capacidades essas que são potencializadas pela graduação de pedagogia ao preparar seus alunos para além da docência, em outras palavras:

podemos observar, o trabalho realizado pelos pedagogos nos espaços não escolares pesquisados é marcado pela pluralidade de possibilidade em termos de intervenções educativas; além disso, evidencia-se, com o rol de atividades mencionado, que esses profissionais não exercem, em essência, atividades docentes. Por isso, a perspectiva de análise circunscrita à docência não se mostra plena quando almejamos entender/explicar os fenômenos educativos que ocorrem em territórios cuja estrutura e finalidade não se alinham diretamente ao propósito do magistério nos diferentes níveis e modalidades da educação formal. (SOUZA, 2023, p.235)

Partindo desse pressuposto, a Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, atual Escola Superior, é uma das instituições em que se tem como exemplo a figura do pedagogo atuando especialmente na organização das ações formativas responsáveis em qualificar e formar os profissionais frente às demandas da segurança pública do Distrito Federal.

Assim, a matriz curricular nacional apresenta os seguintes aspectos a serem cumpridos:

1. Política de ensino unificada com diretrizes claras quanto à formação, aperfeiçoamento e atualização.

2. Existência de equipes de coordenação/supervisão única e integrada, que poderá ser organizada como diretoria (ou outra denominação) de ensino das secretarias de segurança estaduais ou por órgãos competentes no âmbito federal.
3. Planejamento de ensino compartilhado e elaborado por uma equipe composta por profissionais das diversas instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública no estado, contando, notadamente, com o auxílio de um profissional graduado em Pedagogia.
4. Conjunto de conteúdos comuns que abranjam a concepção de Estado/Sociedade, o papel e a importância da ação profissional de Segurança Pública num Estado Democrático de Direito e que garantam a unidade de pensamento e a ação ética, técnica e legal desse profissional.
5. Conjunto de doutrinas, métodos, técnicas e procedimentos uniformizados.
6. Quadro de corpo docente capacitado e integrado.
7. Ambientes de ensino fisicamente adequados, que proporcionem a atuação integrada e estimulem a aprendizagem colaborativa.
8. Política de educação continuada para os gestores e corpo técnico das instituições de ensino de segurança pública. (SENASP, 2014, p.66)

Nesse sentido, o cumprimento das atribuições exigidas desses servidores que requerem um preparo específico e especializado para atender às demandas da sociedade, contornar os desafios e complexidades da rotina de trabalho para aumentar a qualidade efetiva da segurança pública da população, exige-se um trabalho pedagógico realizado nos cursos preparatórios das carreiras policiais por um profissional habilitado que tenha formação específica, com a finalidade de planejar e formular ações educativas eficazes, sendo essas responsáveis em transmitir conteúdos, técnicas, competências e habilidades necessárias e, assim, os que receberão consigam executar de maneira autônoma e responsável os conhecimentos adquiridos quando entrarem em efetivo serviço.

Potencializando esses conceitos de pedagogia e a importância que ela representa para a Escola Superior da Polícia Civil do DF, Libâneo (2001) nos diz que essa se fundamenta no cuidado dos objetivos que se quer alcançar na seguinte concepção:

Dizer do caráter pedagógico, da prática educativa, é dizer que a Pedagogia, a par de sua característica de cuidar dos objetivos e formas metodológicas e organizativas de transmissão de saberes e modos de ação em função da construção humana, implica, explicitamente, em objetivos éticos e em projetos políticos de gestão social. (LIBÂNEO, 2001, p.9)

A partir disso foi possível perceber que o trabalho pedagógico realizado nessa instituição de ensino perpassa o conjunto de métodos e técnicas a serem ensinados aliados ao tipo de profissional em que se quer formar. Em outras palavras traçam um plano curricular que contenham significado ao que se quer ensinar, atribuindo ações formativas contextualizadas

para uma formação integral do aluno presente nesse espaço, pensando em estratégias que consolidam uma educação pertinente aos interesses interligados por trás de toda ação educativa, ou seja, o desejo de contribuir para segurança pública do Distrito Federal, por meio do trabalho realizado desses profissionais, atuando de maneira assertiva na execução da sua função com um olhar social democrático, que entenda as diferenças entre os pares, sabendo respeitar os limites de cada grupo social e entendendo sua posição perante a população. Nisso consolida o que foi trazido por Libâneo acima, uma vez que temos na formação pedagógica a responsabilidade de reconstruir as atitudes humanas, seus pensamentos, acompanhar a evolução que demanda das relações contemporâneas e não apenas pedagogos que dominem matérias sistematizadas e repassem a seus alunos com o objetivo final apenas avaliativo para a sua aprovação.

Assim, o trabalho realizado pelo setor de planejamento pedagógico desenvolvido pela ESPC-DF, ao formular o plano anual de formação dos profissionais da área de segurança pública e elaborar seus cursos de formação inicial e continuada visam especificar as áreas que competem ao pleno exercício das atividades policiais e do corpo de bombeiros do Distrito Federal em consonância com os valores atitudinais que se esperam desses servidores pautado em um trabalho humanizado e comunitário, além de identificar quais são as especialidades que esses profissionais mais buscam se capacitar e aperfeiçoar seus serviços. Podemos exemplificar tais informações a partir dos dados coletados através do Plano Anual de Formação Policial 2016 da antiga Academia de Polícia Civil do DF, atual Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal, que organizou e manteve 55 cursos no total em diversas áreas que circundam as atividades diárias desses profissionais, além do curso de formação dos cargos de delegado de polícia, papiloscopista e médico legista. (BRASÍLIA, 2015)

Alguns dos cursos oferecidos segundo o Plano Anual de Formação Policial 2016 foram:

Preservação, Isolamento e Segurança de Locais de Crime, que tinha as seguintes competências a serem desenvolvidas: identificar corretamente a área a ser isolada, observando a circunscrição que se deu o fato, com base nas técnicas de preservação de local de crime; identificar corretamente envolvidos, testemunhas e dinâmica dos fatos; garantir a segurança da equipe e de terceiros; interagir com outras Forças de Segurança, respeitando o limite de atuação de cada uma.

Curso de Violência de Gênero, Doméstica e Familiar: refletir sobre o cenário de violência contra a mulher, identificando a importância da atuação policial; identificar a rede de atendimento a mulheres em situação de violência, bem como proceder ao correto encaminhamento das vítimas.

Curso de Fotografia voltado à investigação policial: operar câmeras fotográficas digitais e suas principais ferramentas durante as investigações policiais; utilizar técnicas de fotografia para a produção de provas e o fortalecimento da cadeia de evidências.

Todo esse planejamento tem como caráter aperfeiçoar o desempenho dos profissionais da área de segurança pública em suas respectivas atribuições, contribuindo diretamente para uma melhora do serviço oferecido por essas instituições à população do DF.

5.1 Atuação do pedagogo na escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal

Consoante a Constituição Federal de 1988, a vida e a segurança são direitos invioláveis. No entanto, observa-se que os índices de criminalidade e violência das mais variadas espécies potencializam o sentimento de insegurança generalizada na sociedade.¹ Nesse sentido, cabe ao Estado garantir a segurança pública a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país. Em relação ao Distrito Federal, especificamente, a Lei Orgânica do Distrito Federal destaca alguns princípios fundamentais para a consolidação da segurança pública, sendo estes: o respeito aos direitos humanos com olhar voltado, especialmente, para as áreas de maior vulnerabilidade; preservação e garantia da ordem pública e sua manutenção; preservação da incolumidade das pessoas e dos patrimônios públicos e privados; gestão integralizada com os órgãos da saúde, educação e assistência social; além de policiamento comunitário.

Diante dessas exigências e das atribuições específicas do trabalho dos órgãos de segurança pública, percebe-se a necessidade de profissionais qualificados e aptos para atuarem de maneira mais assertiva frente às situações complexas que serão decorrentes da sua rotina de trabalho. A demanda da sociedade faz com que seja imprescindível a prática e o exercício que os profissionais da segurança pública assumem², razão essa que corrobora para a elaboração de

¹ “O temor de ser vítima de algum tipo de crime ou algo que coloque sua vida em risco provoca em cidadãos uma sensação de insegurança que se reflete na comunidade que o rodeia. De acordo com especialistas, no Distrito Federal, esse sentimento coletivo pode estar relacionado com a sensação de redução no policiamento nas ruas. O **Correio** percorreu cinco regiões onde a angústia e o medo são apontados pela população.” (BEZERRA, Laezia. Com pouco efetivo da PM nas ruas do DF, a sensação de insegurança continua. *Correio Braziliense*, 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/07/5108631-com-pouco-efetivo-da-pm-nas-ruas-do-df-a-sensacao-de-inseguranca-continua.html>. Acesso em: 18, jul, 2023.)

² “O **Correio** circulou pelas ruas de Águas Claras, Guará, Vicente Pires, Ceilândia e Taguatinga. Na primeira, foram 270 registros de crimes contra o patrimônio entre janeiro e junho deste ano. Chama a atenção o número de furtos em veículos: das 270 ocorrências, 199 são relacionadas a esse crime e 57 a pedestres. No Guará, foram 286 ocorrências, com 174 roubos a transeuntes e 92 furtos em veículos. Ceilândia contabilizou 1.797 boletins, sendo 1.302 roubos a pedestres e 292 furtos em veículos. Já em Taguatinga foram registradas 1.347 ocorrências, com 813 pedestres roubados e 419 furtos em carros. Das 172 ocorrências registradas em Vicente Pires, 92 são

ações educativas eficazes para formar e capacitar esses que atuarão na linha de frente ao atender às necessidades da população e resguardá-las do perigo e violência constante.

Vale ressaltar que os servidores das carreiras policiais possuem diversas formações distintas, pois para ocupar um cargo de segurança pública em sua maioria não exige graduação específica, apenas o nível superior. Porém, ao versar sobre a área da segurança nos deparamos com inúmeras competências específicas e necessárias para tornar-se um servidor efetivo.

Nesta perspectiva, ao ser aprovado no concurso público o candidato não inicia imediatamente suas atividades, fazendo-se necessário um período de curso de formação, por meio do qual terão contato direto com as práticas específicas dessa área de atuação, além de competências e habilidades que precisarão desenvolver ao longo do processo de ensino e aprendizagem, a fim de reproduzirem esses conhecimentos agindo de maneira autônoma, responsável e crítica diante a cada situação que serão submetidos em suas rotinas de trabalho. Logo, antes de falarmos e pensarmos em policiais, e bombeiros, entre outras forças de segurança pública, é preciso destacar o papel fundamental da educação, principalmente, do processo formativo que qualifica esses profissionais, tendo em vista que o objetivo principal das academias de polícia é o retorno dos resultados dos seus processos formativos à sociedade. A matriz evidencia nas seguintes palavras:

[...] as ações realizadas nos espaços educativos devem estar voltadas para o desenvolvimento das competências profissionais necessárias à atuação do profissional de segurança pública no contexto em que as necessidades e as exigências sociais se estabelecem. (SENASP, 2014, p.16)

Conforme essas especificidades que deverão ser desenvolvidas, há a necessidade de um planejamento estratégico e ações pedagógicas ativas para concretizar o ensino, fazendo-se necessário um tipo de metodologia específica para essa formação profissional.

Nesse sentido, a ESPC assume a responsabilidade por toda a formação inicial e continuada dos profissionais de Segurança Pública do DF, trazendo uma proposta que: “[...] articula teoria e a realidade cotidiana dentro de uma prática de problematização, buscando as metodologias ativas de aprendizagem como referenciais para construção de ambientes que

relacionadas a roubos a pedestres e 66 furtos em veículos.” (BEZERRA, Laezia. Com pouco efetivo da PM nas ruas do DF, a sensação de insegurança continua. Correio Braziliense, 2023. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/cidades-df/2023/07/5108631-com-pouco-efetivo-da-pm-nas-ruas-do-df-a-sensacao-de-inseguranca-continua.html>. Acesso em: 18, jul, 2023.)

estimulem a aprendizagem” (AMARAL, 2017, p. 48)

Assim, a *Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública* sugeriu a metodologia da aprendizagem baseada em problemas - ABP, com intuito de que em todos os componentes será proposto situações-problemas a fim de exercitar saberes cognitivos, técnicos, atitudes e capacidades operacionais. Essa prática de ensino contribui significativamente para o desenvolvimento das competências e habilidades indispensáveis para esses profissionais, auxiliando em suas tomadas de decisões, capacidade em contornar os problemas, trabalho em equipe e, principalmente, o respeito aos direitos humanos.

A Escola Superior de Polícia Civil do DF sabendo da amplitude e complexidade em organizar, sistematizar e consolidar esse tipo de ensino, conta com um setor de planejamento pedagógico chefiado por um policial civil formado em pedagogia, qualificado para articular estratégias educativas, cumprir com as responsabilidades estabelecidas pelo regimento interno da academia de Polícia Civil e, ainda, auxiliar aqueles que ministrarão as aulas sendo essa uma das particularidades mais desafiadoras do trabalho pedagógico, uma vez que em sua maioria esses professores não estão ligados diretamente com as áreas educativas, pois são policiais que ensinam suas atribuições e técnicas para que sejam reproduzidas. Assim, o Regimento Interno e Escolar da Academia de Polícia Civil, versa sobre seu corpo docente:

Art. 3º. A docência, para efeito desta normatização, compreende todas as atividades relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem na academia de Polícia Civil do Distrito Federal, quando exercidas por servidores das carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal, por servidores de outras instituições públicas e por colaboradores contratados. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 172, 2016)

Sabendo que é preciso o especialista de cada área do componente curricular, o pedagogo é imprescindível para ajudar no aprimoramento do processo pedagógico, no desenvolvimento dos conteúdos, dos métodos necessários para que esses consigam desenvolver a aula, técnicas e gestão da turma e, especialmente, a vinculação do que se quer ensinar com a forma que será ensinado. Ou seja, esse pedagogo estará atuando frente ao planejamento, organização e distribuição da grade horária, organização do espaço, administração e escolha dos especialistas para compor o corpo docente, além de promover oficinas que os auxiliem a desenvolver didática e métodos de ensino-aprendizagem e supervisionando constantemente, resultando em uma assistência pedagógico-didática, tais exigências são expostas no próprio regimento interno da

Escola Superior de Polícia Civil do DF que diz:

A docência, referente aos cursos ou concursos desenvolvidos pela Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, é exercida por professores e instrutores que poderão ser auxiliados por coordenadores de turmas, avaliadores e arguidores, todos previamente designados pela direção da APC/PCDF em atos próprios. (INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 172, 2016)

O regimento interno e escolar da ESPC-DF estabelece ainda competências necessárias a serem seguidas pelo diretor da instituição a fim de obter os resultados almejados para esses que são inseridos nesse processo formativo, como:

- I - Planejar, organizar, controlar e executar a política de seleção, formação e capacitação dos recursos humanos da Polícia Civil;
- II - Planejar, orientar, coordenar e realizar o processo seletivo de pessoal para as Carreiras da Polícia Civil, praticando todos os atos relativos às etapas e fases dos certames;
- III - Produzir pesquisa que vise à atualização e ao aperfeiçoamento da formação e capacitação do policial civil e a dar uniformidade à doutrina de procedimentos policiais;
- IV - Coordenar a realização de concursos públicos, no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal.
bem como firmar regras editalícias e demais atos relativos à espécie;
- V - Propor medidas de atualização e de aperfeiçoamento dos cursos de formação e de capacitação policial civil;
- VI - Produzir e difundir conhecimentos que visem ao aperfeiçoamento da atividade policial civil;
- VII - Manter intercâmbio cultural com instituições de ensino policial visando ao aperfeiçoamento e à adequação das práticas e das orientações pedagógicas às necessidades da atividade policial.
- Elaborar o Plano Geral de Ensino e Cultural, promovendo sua publicidade interna, em boletim ou rede intranet, atualizando-o periodicamente;
- IX - Propor o Regimento Interno da Academia;
- X - Manter organizada e atualizada a Galeria de Fotografia de Policiais Mortos em serviço e promover as solenidades póstumas, quando determinadas pela Direção Geral da PCDF;
- XI - Promover a conscientização e incentivar o condicionamento físico dos policiais civis e demais servidores, fomentando a integração desportiva.

Todo trabalho realizado na Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal perpassa por um processo que exige muito comprometimento e cuidado, pois as especificidades que circundam esse tipo de aprendizagem são inúmeras, desde o perfil dos alunos e as mais variadas formações que esses trazem consigo, o grupo de docente escolhido para ministrar os cursos, a organização didática, metodológica e financeira, assim como os espaços em que serão desenvolvidas as aulas. Pensar em uma educação assertiva é entender que o processo se inicia desde a elaboração do plano curricular, seleção das matérias, dos espaços em que ocorrerão as

aulas, corpo docente, ou seja, as mais variadas instâncias das práticas educativas até se chegar no momento de fato da aula.

Fica possível perceber a importância do pedagogo especializado para conduzir estrategicamente cada uma dessas etapas, distribuir as funções de cada servidor integrado à Escola Superior de Polícia Civil do DF e ainda instruir os professores especialistas que ministrarão as disciplinas ofertadas. Libâneo, define o pedagogo nas seguintes palavras:

[...] pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica. (LIBÂNEO, 2001, p.11)

Nesse sentido, entendemos o pedagogo para além do professor dentro da sala de aula, mas o profissional cuja formação possibilita um domínio e autonomia em todas as questões, conflitos, dificuldades e necessidades que permeiam o processo educativo, além de entender as constantes transformações que fazem parte da sociedade, as novas tecnologias, os movimentos culturais e sociais e é dentro dessas constantes movimentações que cada vez mais a pedagogia foi conquistando novos espaços de trabalho e atuação. Podemos ainda distinguir as duas principais áreas de trabalho do pedagogo, sendo elas:

[...] importa formalizar uma distinção entre trabalho pedagógico (atuação profissional em um amplo leque de práticas educativas) e trabalho docente (forma peculiar que o trabalho pedagógico assume na escola). Caberia, também, entender que todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas que nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente. (LIBÂNEO, 2001, p.12)

Essa distinção nos deixa evidenciado que ao entrar em sala de aula necessariamente haverá um trabalho pedagógico realizado, com planejamento a ser seguido, atividades desenvolvidas, transmissão de conhecimentos, dentre tantas outras práticas educativas. No entanto, há um trabalho pedagógico realizado fora de sala também para assegurar a permanência dos estudantes, a organização e gestão de um ensino democrático que exige esforços específicos para a consolidação do que se quer ensinar. A professora Lívia Borges apresenta a seguinte definição:

Entre as várias definições e expectativas sociais geradas em torno da figura do pedagogo, compreendemos que o pedagogo é um guardião da qualidade da educação e do processo pedagógico em qualquer lugar onde ele atue profissionalmente, seja em espaço escolar ou não escolar. A qualidade a qual nos filiamos está afetando o campo da qualidade social, em contraposição à qualidade total. (BORGES, 2012, p.128)

Ao entender a importância desse profissional, o Setor de Planejamento Pedagógico da ESPC-DF é chefiado por um policial de carreira formado em pedagogia, responsável por toda a parte de planejar, distribuir grade horária, investigar o perfil do público inscrito em cada curso, realizar pesquisas de interesse em cada curso ofertado para estrategicamente distribuir as vagas e a quantidade de vezes que esse poderá ser realizado, o espaço disponível para cada atividade, a divulgação das vagas ofertadas e períodos de inscrição, orçamentos, o período de realização das atividades, conteúdo programático, objetivos específicos e gerais, o tipo de metodologia a ser desenvolvida (metodologia ativa no caso da formação dos profissionais da segurança pública estabelecida pela própria matriz curricular), sistemas de avaliação, uniformes, frequência, critérios de seleção dos candidatos para o quantitativo das vagas oferecidas, certificação, indicadores de desempenho, entre outras possíveis demandas educativas.

Além disso, esse pedagogo fica responsável por organizar oficinas pedagógicas que auxiliam o corpo docente a desenvolver o seu trabalho em sala de aula, uma vez que esses especialistas são profissionais da área de segurança pública com especialidades diversas, mas muitos não possuem relação direta com a educação e não possuem habilidades didáticas para o domínio em sala de aula, desde a forma como se tratar ou estabelecer a relação entre os estudantes, até a forma como se ensina. É fundamental ter de maneira clara as intencionalidades do ensino para que haja um resultado satisfatório, pois uma das grandes características desse processo educativo é que os conhecimentos transmitidos serão reproduzidos futuramente por aqueles que estão aprendendo, ou seja, são policiais ou bombeiros que estarão ensinando outras pessoas a serem também, a responsabilidade em saber o que está ensinando configura o possível perfil dos profissionais que também desempenharam aquela atividade. Esse tipo de ensino está inserido em temáticas específicas, para um público também específico em consonância com as demandas da sociedade e o contexto a qual forem submetidos. Para compreender melhor o ato educativo nessas situações complexas, Libâneo, traz a seguintes características:

Há, pois, duas características fundamentais do ato educativo intencional: primeiro, a de ser uma atividade humana intencional; segundo a de ser uma prática social. No primeiro caso, sendo a educação uma relação de influências entre pessoas, há sempre uma intervenção voltada para fins desejáveis do processo de formação, conforme

opções do educador quanto à concepção de homem e sociedade, ou seja, há sempre uma intencionalidade educativa, implicando escolhas, valores, compromissos éticos. No segundo caso, a educação é um fenômeno social, ou melhor, uma prática social que só pode ser compreendida no quadro do funcionamento geral da sociedade da qual faz parte. Isso quer dizer que as práticas educativas não se dão de forma isolada das relações sociais que caracterizam a estrutura econômica e política de uma sociedade, estando subordinadas a interesses sociais, econômicos, políticos e ideológicos de grupos e classes sociais. (LIBÂNEO, 2001, p.9)

Partindo do contexto social conseguimos entender uma das diretrizes inseridas na matriz curricular que rege a estrutura curricular da ESPC-DF, onde traz a necessidade de um ensino ético, íntegro e aliado aos direitos humanos. Pois, a realidade que permeia a rotina de trabalho desses servidores pode muitas vezes trazer situações que demandam força física para coibir atos ilegais, lidar com violências, entre outras complexidades que será indispensável um autocontrole do profissional que estiver à frente de tal situação, além da prudência no que tange o limite das suas ações para não ultrapasse ou viole o direito de qualquer cidadão.

Por isso, cursos como de armamento e tiro, práticas desportivas: muay thai, fuzil, entre todos os outros componentes curriculares será preciso destacar os direitos humanos, o respeito a todos igualmente, a responsabilidade das atitudes tomadas, para que além de profissionais autônomos sejam também reflexivos, críticos e justos. Essa é uma das especificidades que cada professor deve levar consigo para sua disciplina e será constantemente lembrado pelo pedagogo responsável.

Pois, vale ressaltar que a missão da ESPC-DF permeia os objetivos de formar profissionais competentes e com a máxima assertividade em suas execuções, mas há também o comprometimento social. O que se quer é construir uma polícia engajada na defesa pública.

Para exemplificar esse trabalho social realizado por essa instituição, além de preparar os profissionais que estão atuando diretamente pela sociedade, a Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal criou alguns projetos para trabalhar com as crianças e adolescentes da educação básica. Um desses projetos que precisa ser destacado é o projeto “Cabeça feita” a fim de combater o uso de drogas lícitas e ilícitas, eles contam com um museu itinerante de drogas, em palavras mais fáceis: possuem um ônibus que contém algumas drogas expostas para a realização de palestras, dinâmicas, atividades em geral que contribuem para um debate acerca das consequências e efeitos que essas substâncias podem gerar na vida de cada indivíduo. Esse ônibus é levado a cada unidade escolar que faça a solicitação e também há a possibilidade da escola marcar uma visita ao museu que fica na sede da ESPC-DF. São visitas acompanhadas por policiais civis especializados no assunto comprometidos em orientar e aconselhar cada

jovem que estiver presente na atividade realizada.

Portanto, pode-se perceber que a demanda pedagógica dentro dessa instituição é ampla e necessita de uma atenção especial. É fundamental que as diferentes áreas de atuação profissional da pedagogia sejam temas de debates educacionais na formação dos pedagogos, pois possuem um amplo espaço de atuação e carecem de profissionais comprometidos e engajados com os processos educativos. Pois, a construção de uma sociedade mais justa perpassa pela educação, assim como a segurança pública das nossas cidades, do nosso país, a garantia dos nossos direitos. Em especial, a luta contra uma polícia repressiva e o rompimento do sentimento de medo que uma parcela da população sente em relação às instituições de segurança pública passa pelo processo educativo que esses profissionais vêm recebendo em seus cursos de formação. Libâneo afirma que para construir uma sociedade justa é necessário a presença de pedagogos:

Para isso, são necessários pedagogos. Pedagogos para vários campos educacionais. Mas principalmente pedagogos escolares, com competência para coordenar e fazer funcionar uma escola interdisciplinar, coletiva, propondo e gerindo o projeto pedagógico, articulando o trabalho de vários profissionais, liderando a inovação. Um pedagogo escolar que saiba fazer essa produção da teoria e da prática através da própria ação pedagógica. Um pedagogo que torne a organização escolar um ambiente de aprendizagem, um espaço de formação contínua, no qual os professores refletem, pensam, analisam, criam novas práticas, como pensadores e não como meros executores de decisões burocráticas. (LIBÂNEO, 2001, p.25)

Esses pedagogos então se qualificam como mediadores de toda prática educativa, conseguem transformar o espaço educacional em um ambiente agradável tanto para o corpo docente que precisa estar motivado para planejar suas aulas, trabalhar com ânimo, assim como para conseguirem inspirar seus cursistas e fazer com que se sintam atraídos durante o processo de aprendizagem. Ao pensar nesse espaço em especial entendemos a complexidade dos assuntos que envolvem as áreas temáticas e correlatas desse campo de atuação, no sentido de evidenciar os diversos tipos de realidades sociais que definem o Distrito Federal e o resto do Brasil, o contato com diferentes grupos sociais e até mesmo as que distinguem o perfil de cada profissional que está sendo formado, logo a construção de uma educação que dê voz aos indivíduos se faz fundamental. Podemos então entender a importância desses profissionais nesses ambientes educativos através do seguinte aspecto:

Espera-se que seja um profissional com recursos (conhecimentos sólidos,

teoricamente fundamentados) suficientes para agir com autonomia nos espaços educativos, capaz de decidir estrategicamente sobre as demandas educativas, a partir da análise dos elementos que gravitam o contexto laboral no qual está inserido, com o objetivo primordial de favorecer a humanização dos sujeitos. (SOUZA, 2023, p.34)

Dessa forma, a ESPC-DF preocupa-se em construir um ambiente educativo flexivo e democrático, fortalecendo debates acerca de assuntos pertinentes a cada cidadão e as possíveis formas de intervenção que esses poderão desenvolver, contribuindo significativamente para a transformação de atitudes e até costumes enraizados por meio das vivências particulares que trazem consigo a partir da socialização de experiência influenciada por aquele que estiver direcionando as atividades. Podemos então concluir que: “O processo educativo se viabiliza, portanto, como prática social precisamente por ser dirigido pedagogicamente.” (LIBÂNEO, 2001, p.9)

Diante dessas particularidades, a Escola Superior de Polícia Civil do DF realiza suas práticas educativas pautadas em metodologias ativas definidas como “Aprendizagem baseada em problemas”, responsáveis por cumprir com o objetivo de criar espaços contextualizados que permitem a discussão em como solucionar e intervir nos problemas que permeiam as demandas da rotina de trabalho da segurança pública da nossa cidade.

5.2 Aprendizagem baseada em problemas - ABP

É diante de toda complexidade e ampla demanda citadas acima que, a *Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública*, estabelece diretrizes para auxiliar e coordenar o plano anual de formação policial de cada estado, além de consolidar metodologias ativas como essencial para o processo de ensino, assim destaca os seguintes pontos:

1. A mobilização para a aprendizagem deve ser guiada pelo interesse, pela busca de conhecimento e pela articulação com a realidade, tendo como referência necessidades e interesses institucionais e pessoais e a análise do conhecimento anterior para a reformulação de conceitos, ações e atitudes.
2. A desconstrução/reconstrução do conhecimento deve se dar pelo desenvolvimento da capacidade para análise, síntese, crítica e criação, a partir da exploração de diferentes situações vivenciadas na realidade e da reflexão sobre a ação.
3. A avaliação da própria ação e produção (pelo discente) deve acontecer a partir da reflexão sobre as ações e sobre os resultados alcançados, identificando avanços, reproduções e retrocessos. (SENASP, 2014, p.60)

Portanto, essas práticas servem para potencializar o direcionamento dos percursos interdisciplinares que deverão ser percorridos, além de romper com as possíveis práticas educativas tradicionais e conservadoras, dando espaço para a reflexão, a socialização de conhecimentos, debates entre docentes e discentes, construindo a proximidade entre esses que estarão trabalhando juntos para a defesa do bem-estar em geral e do interesse público coletivo.

Com objetivo de seguir as normas previstas no referente à matriz curricular, a ESPC, ao editar o plano anual de formação policial de 2017, apresentou a metodologia da aprendizagem baseada em problemas - ABP (AMARAL, 2017, p. 51), como possibilidade de efetivar esse ensino.

Na intenção de materializar as ações educativas, sendo capaz de desenvolver e aprimorar as competências indispensáveis frente aos resultados produzidos, o desempenho de suas atribuições, assim alcançando um alto padrão de qualidade e produtividade da atividade policial.

Com o objetivo de favorecer a articulação e a concomitância entre teoria e prática, os currículos, programas e planos desenvolvidos com base na Matriz Curricular Nacional devem:

1. Proporcionar a participação "ativa" dos discentes por meio de atividades que favoreçam a reflexão sobre a prática, envolvendo mecanismos intencionais que possibilitem a reflexão antes, durante e após a ação.
2. Propor atividades de estudos de caso, simulações, resolução de problemas, projetos, vídeo-formação, grupos de vivência/observação, prática assistida, entrevistas, dentre outros, pois auxiliam o desenvolvimento de uma prática reflexiva (SENASP, 2014, p.69).

5.2.1 Contexto da Aprendizagem Baseada em Problema - ABP

Sabendo das necessidades da sociedade e a contínua evolução em que a esta está inserida, foi preciso implementar um método de ensino que fosse capaz de acompanhar e atender as particularidades exigidas dos profissionais de segurança pública que estão inseridos em um contexto social desafiador. *A Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública*, para além de destacar a importância da educação como ferramenta fundamental nesse processo, aborda ainda o rompimento do ensino tradicional

pautado em práticas conservadoras para o pleno êxito dos resultados almejados.

[...] é importante ressaltar que, para a efetivação do currículo para uma abordagem por competência, mudanças na metodologia de ensino são decisivas e pressupõe o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para a reflexão e discussão, pelos docentes e discentes, na efetivação de uma práxis pedagógica mais humana. (SENASP, 2014, p. 60)

Assim, a ABP é uma estratégia de ensino inovadora responsável não só por ensinar o que é a segurança pública, mas, principalmente, como atuar de maneira autônoma. Pois, nessa prática de ensino o aluno passa ser o centro da aprendizagem, não sendo um mero receptor de informações e preocupado em memorizá-las, mas colocados diretamente com situações-problemas em que terá o objetivo de construir possíveis soluções.

A aprendizagem baseada em problemas tem como um dos seus principais objetivos desenvolver competências e habilidades através dos conhecimentos construídos entre alunos e professores, de forma integrada e contextualizada. A própria matriz nos diz:

A contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalidade proporcionam o questionamento da realidade e a ação dos policiais e dos bombeiros em formação sobre ela. No processo de ensino, esse questionamento/ação se dá pela aplicação de técnicas que possam criar condições para que o aluno seja capaz de utilizar os conhecimentos e o foco das várias disciplinas na compreensão e solução de problemas. (SENASP, 2014, p.60)

Se no ensino tradicional os conteúdos são expostos em primeiro lugar, na ABP os alunos já são apresentados a um problema real, futuro ou possível, consolidando o estudo independente nas seguintes definições:

A ABP não nega a importância de aprender com teu, mas não reconhece a utilidade futura do conteúdo memorizado, adquirido em contextos abstratos, e antes coloca ênfase na capacidade de adquirir conhecimento conceptual, à medida que ele é necessário, e de tirar o máximo partido desses conhecimentos numa dada situação. (LEITE, AFONSO, 2001, p. 254)

Em resumo a aprendizagem baseada em problemas é uma metodologia ativa de ensino, onde destaca o papel central do aluno através de investigações, análises críticas, trabalho em

equipe, a fim de desenvolver compreensão acerca dos problemas apresentados e assim conseguir resolvê-los. (SOUZA E DOURADO, 2015)

A ABP se aproxima significativamente com a pedagogia de John Dewey, uma vez que esse acreditava que o professor deveria estimular a aprendizagem de seus alunos através das experiências reais que esses vivenciavam em seu cotidiano e traziam consigo, partindo de problemas, dúvidas ou descontentamentos, instigando a cognição para que os próprios conseguissem elaborar soluções criativas para as problemáticas expostas (SOUZA E DOURADO, 2005). Ou seja, esses alunos são apresentados a problemas reais que surgem em suas rotinas de trabalho das mais variadas formas, que muitas vezes exigirá uma reação rápida e assertiva para contornar situações complexas, assim essa metodologia corrobora para ampliação da percepção do servidor, além de contribuir para uma reflexão crítica e ágil de qual atitude deverá ser tomada e qual o procedimento a ser seguido.

Essa prática de ensino pouco usado ainda no Brasil, surgiu nos anos de 1960 por cursos na área da saúde de universidades nos Estados Unidos e Canadá, por conta da insatisfação com o ensino tradicional frente às grandes transformações que a sociedade se encontrava, além das inovações das práticas que eram exigidas para o cumprimento das demandas profissionais (LEITE, AFONSO, 2001). Nesse viés, percebe-se que todas as sociedades continuam passando por esses processos de mudanças, vivemos em um mundo que constantemente se moderniza, evolui e exige novas práticas em resposta às demandas que as sociedades impõem.

Com isso, precisamos de profissionais que estejam preparados para atuar conforme as necessidades impostas pela população, o que automaticamente interfere na maneira com que esses devem ser preparados e formados. Destarte, o ensino e a aprendizagem devem ser práticas dinâmicas que acompanhem o desenvolvimento científico e tecnológico, as modificações nos sistemas econômicos, sociais, políticos, culturais e no meio ambiente, pois se faz imprescindível que os profissionais, especialmente, das áreas de segurança pública, tenham um conhecimento multidimensional da realidade em que estão inseridos para o cumprimento efetivo de suas atribuições, assim define a matriz nacional:

São as situações problematizadoras que mobilizam os saberes e geram esquemas de ação, filtros pessoais que tornam as situações compreensíveis, envolvendo esquemas de percepção, decisão e avaliação, contribuindo para que os policiais e os bombeiros em formação desenvolvam o analisar, o refletir, o justificar, considerados metacompetências imprescindíveis na construção da autonomia intelectual e, principalmente, nas atuações destes profissionais. (SENASP, 2014, p. 60)

Dentro dessas especificidades são necessárias algumas etapas a se cumprirem.

5.2.2 Etapas da Aprendizagem Baseada em Problemas

A ABP se fundamenta em quatro etapas que regem a sua estrutura básica de acordo com Leite e Afonso (2001) e através da metodologia apresentada na Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública:

1ª Etapa - do planejamento das aulas e elaboração do cenário ou contexto problemático: Consiste na elaboração do planejamento das aulas, conhecimento das características e contexto da vida dos alunos e a sistematização através da elaboração do cenário em que o ensino ocorrerá atrelado à seleção das problemáticas propostas para as atividades, assim estabelece a referente matriz:

1. Elabore um mapa de competências da disciplina com base na ementa, conforme orientações previstas no item 7 - Diretrizes Pedagógicas da SENASP;
2. Procure conhecer as características dos alunos: Quem são? De onde vem? Já são profissionais de segurança pública?;
3. Crie outros ambientes de aprendizagem que estejam além da sala de aula,
4. Estabeleça a relação (conceitual, procedimental e atitudinal) dos conteúdos que se-ão trabalhados com as estratégias e técnicas de ensino a serem utilizadas;
5. Selecione/crie situações-problema para propor atividades. (SENASP, 2014, p. 64)

Essa etapa destaca-se, principalmente, pelo fato de que o ambiente/cenário escolhido interfere diretamente na identificação imediata do problema, além de estimular o interesse do aluno ao estar de frente com possível situação que será de sua rotina de trabalho, assim conseguindo atrair ainda mais sua atenção e interesse. Podemos identificar essa prática no que diz a matriz curricular:

Enquanto a metodologia norteia a direção a ser seguida pelos percursos interdisciplinares, as técnicas de ensino possibilitam a organização de ambientes de aprendizagem mais significativos, relacionados às situações práticas vivenciadas pelos profissionais da área de segurança pública. (SENASP, 2014, p. 61)

Além disso, possibilita a conexão real entre os conteúdos previstos nos programas das disciplinas e as práticas da aprendizagem de fato, com intuito de transmitir a situação-problema com clareza e instigar os alunos a compreenderem o que está acontecendo, para então produzir possíveis soluções, ou seja:

Favorecer um ambiente de formação aberto, ou seja, que vá além dos muros das instituições de ensino de segurança pública, contemplando atividades que favoreçam aos discentes o contato e o intercâmbio com todos os órgãos de segurança pública, comunidades, organizações não-governamentais, instituições de ensino, bibliotecas. (SENASP, 2014, p. 69)

Portanto, ao pensar no espaço onde ocorrerá a aula, o professor, deverá garantir se por meio de leitura uma linguagem acessível a todos; visual, contará com imagens em boas definições; auditiva, sons que permitam uma perfeita compreensão; ou seja, informações condizentes com tema a qual será discutido e materiais que contemplem as ações educativas. Com um olhar sempre voltado a observar o conhecimento prévio que os discentes trazem consigo, a postura e reação ao serem colocados frente ao problema, o interesse em desvendar o que acarretou determinada situação e a capacidade criativa para solucioná-lo.

2º Etapa - das questões problemas e período durante as aulas: Nesse momento o professor apresenta aos estudantes o contexto problemático, são colocados diante situações concretas e hipotéticas que permeiam a realidade e as ações dos policiais e bombeiros. Esse trabalho é realizado em grupos, para que juntos consigam identificar as informações, compartilhar os conhecimentos que possuem, separar as tarefas que cada um ficará responsável e destacar os pontos mais relevantes para a resolução do problema, assim desenvolvendo habilidades do trabalho cooperativo em equipe. A matriz destaca possíveis abordagens para auxiliar nas ações formativas:

1. Abordagem local: os problemas devem ser resolvidos onde aparecem;
2. Abordagem criativa: a utilização de meios criativos e não convencionais na resolução de problemas;
3. Abordagem estrutural, policiamento orientado por problemas: a resolução de problemas deve se basear na análise de causas estruturais, na consideração de todos os fatores subjacentes e nos meios disponíveis de criação de segurança;
4. Abordagem multifator: a consideração dos problemas sob o ponto de vista mais geral e não apenas da abordagem da repressão ao combate ao crime;

5. Abordagem da divisão do trabalho e abordagem cooperativa: considerar a cooperação estratégica com instituições, autoridades, comunidades e pessoas na resolução de problemas;
6. Abordagem pró-ativa: considerar a capacidade de pensar sobre o problema antes que o problema aconteça. (SENASP, 2014, p. 60)

Além disso, o docente, guiado pela matriz deverá de forma intencional estabelecer as competências necessárias para o exercício das funções desses servidores como direção das práticas pedagógicas; ao construir o planejamento e elaborar as atividades levará em conta os conhecimentos prévios que os alunos possuem; na construção das situações-problemas preocupar-se-á com o contexto, a interdisciplinaridade e transversalidade dos conteúdos, fundamentados na legalidade das ações, as técnicas exigidas e a ética do servidor com objetivo de facilitar a compreensão que como essas situações se apresentam na realidade do trabalho dos profissionais da área de segurança pública; as problemáticas devem possibilitar nos policiais e bombeiros o desenvolvimento cognitivo articulando-se com a capacidade reflexiva que deverão estar presente antes, durante e após a execução de seus atos; por fim, o professor será o mediador das atividades realizadas, “responsável pela escolha das técnicas que deverão ser abordadas, propiciando questionamentos ao decorrer das aulas e apresentando seu feedback durante todo o processo, contribuindo assim para o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos pelos alunos.” (SENASP, 2014, p.61)

3º Etapa - da resolução dos problemas: Nessa fase ocorre as investigações e pesquisas, os alunos separam as questões que cada integrante ficará responsável a fim de identificarem quais as áreas estão interligadas ao objeto de estudo. Nesse método de aprendizagem há uma transdisciplinaridade, pois ao confrontar-se com a complexidade das situações-problema e ir em busca de soluções, os alunos percebem a necessidade em relacionar conhecimentos das mais diversas áreas, uma vez que ao se tratar de problemas reais da sociedade não há previsão em matérias e disciplinas que prevejam o que fazer. Nessa perspectiva, “esses recebem os meios facilitadores que corroboram para o desenvolvimento das competências e habilidades exigidas, os conhecimentos tácitos e soluções éticas aceitáveis para contornar os problemas” (LEITE, AFONSO, 2001). Podemos definir ainda acerca da aprendizagem baseada em problemas a seguinte concepção:

A resolução de problemas é indicada para a formação profissional, pois propicia a

transferência de aprendizagem, ao fazer com que o estudante enfrente novas situações, dotando-o de capacidade para resolver problemas que ultrapassam os limites de uma única disciplina e possibilitando-o detectar, analisar e solucionar problemas ou novos enfoques. A resolução de problemas, por se constituir uma forma diferenciada de estruturar o conhecimento, favorece a integração de conteúdos, possibilitando a compreensão da realidade social e o posicionamento como cidadão e garantindo a visão global e integradora do conhecimento. (SENASP, 2014, p. 62)

Dessa forma, ao serem apresentados ao problema esses são colocados em grupo para que realizem uma discussão e pontuem suas concepções, ideias e formas de solucionar tal situação, a partir disso vão em busca de fontes e meios que possibilitem sustentar suas teorias, nesse momento há uma oportunidade em pesquisarem individualmente nos lugares que julgarem ser mais eficaz e confiável. Em seguida, se agrupam novamente para um novo debate através dos resultados das pesquisas realizadas, para então sistematizarem a atividade e decidirem por uma única possível solução dentre as quais mais se aproximou da erradicação do problema. Essa atividade mostra que na rotina de trabalho eles precisarão muitas vezes expor suas opiniões por meio dos conhecimentos que trazem consigo, mas que só será possível tomar apenas uma atitude em relação ao problema e assim escolherem por um único ato. Por isso, ao definirem qual procedimento seguir deverão estar conscientes da consequência que tal escolha pode trazer para o grupo.

A matriz apresenta ainda algumas formas de como propor esse trabalho em grupo:

Simulação: técnica em que se constrói um cenário para os estudantes vivenciarem papéis a partir de uma experiência, com o objetivo de conseguir uma aproximação consistente entre a teoria e a prática, aperfeiçoar as habilidades e atitudes e construir referências que ajudem a tomar decisões e a agir em situações similares; Estudo de casos: compreende a discussão em pequenos grupos de casos verídicos ou baseados em fatos reais relacionados a situações que farão parte do cotidiano da área de segurança pública. Os casos deverão vir acompanhados do máximo de informações pertinentes para que o estudante possa analisá-los (caso análise) ou apresentar possíveis soluções (caso problema). Esta técnica permite que os estudantes analisem a situação apresentada e apliquem os conhecimentos aprendidos; Painel de discussão: caracteriza-se pela apresentação de especialistas que expõem a sua visão sobre determinado tema a ser debatido. Pode ser coordenado por um moderador que controlará o tempo. (SENASP, 2014, p.62)

Essas possibilidades permitem trabalhar com os cursistas de maneira contextualizada acerca da realidade do cargo ou função a qual o curso esteja sendo ofertado, compreendendo competências que esses precisarão desenvolver em suas rotinas de trabalho. Estimula nos profissionais em formação laboral a cooperação e o trabalho em equipe, criatividade, senso

crítico, agilidade e autonomia. Na ESPC-DF quando se trata do curso de formação inicial, para aqueles que estão entrando na instituição e passam por essa etapa do concurso, já durante as aulas são tratados como colegas de profissão por aqueles que estão ministrando as aulas, costumam criar situações específicas que possivelmente serão vivenciadas quando estiverem em serviço para começarem a se identificarem com seu cargo e suas tarefas. Assim, trabalhando desde o início a transformação e construção do candidato em profissional da área de segurança pública do Distrito Federal.

4º Etapa - da síntese dos resultados, avaliação e autoavaliação: Por fim, todo trabalho em grupo é apresentado a partir da elaboração de uma síntese e sistematizado para apresentar os resultados em que chegaram, se conseguiram encontrar as soluções ou não. O professor então avalia todo processo e não só o material final, “não reduzindo a critérios de aprovação ou reprovação, mas, sim, a qualidade e eficácia de todo processo educativo.” (SENASP, 2014, p.64)

A avaliação na Aprendizagem Baseada em Problemas é feita tanto pelo professor com o intuito de redirecionar as habilidades que não foram alcançadas, e assim estimular os alunos em uma perspectiva crítica no que diz respeito às dificuldades em que esses se encontraram, e orientando para que haja uma mudança nas ações que não tiveram êxito e retorno ao objetivo desejado.

Sendo assim, além da avaliação da aprendizagem instituída de acordo com as normas e critérios da seleção, ou aprovação, faz-se necessário desenvolver uma avaliação da aprendizagem que favoreça a tomada de consciência em relação ao conjunto de esquemas de ação, para que estes possam ser transformados (AZEVEDO e SOUZA, 1996 e 1998)

Como também é feita a autoavaliação pelo próprio discente, identificando a importância da sua participação, refletindo criticamente sobre sua produção e resultados elaborados, para que consigam reconstruir suas ideias, ações e atitudes frente aos objetivos estabelecidos no processo de formação e capacitação concomitantes à relevância social com que irão desempenhar as competências adquiridas em seu efetivo serviço. Ou seja, os estudantes que atuarão como profissionais da área de segurança pública devem durante avaliação não se preocupar somente com o resultado quantitativo da nota obtida, mas com os resultados referentes ao seu desempenho no que concerne suas execuções frente às atividades exigidas, as

habilidades que foram desenvolvidas e o domínio de seus atos. Devem, portanto, identificar o que conseguiram desenvolver com facilidade, o que tiveram maior dificuldade e, principalmente, aquilo que não conseguiram desempenhar para que haja uma nova oportunidade em praticar tal competência e conseguir efetivar sua aprendizagem por completo. Esses assumem então a seguinte responsabilidade:

Os profissionais da área de segurança pública devem ter consciência da qualidade da própria aprendizagem e de sua produção. Para isso, devem ser estimulados a analisar situações concretas e hipotéticas e a conceber, com o auxílio do docente, um projeto pessoal de formação. É preciso que o discente observe a si mesmo e o seu grupo de trabalho em situações práticas diversificadas, experimentando a reflexão e a análise entre a própria percepção e a dos docentes a seu respeito. (SENASP, 2014, p.65)

O docente nessa metodologia ativa do ensino tem o papel crucial em orientar, qualificar, estimular e possibilitar a autonomia de seus estudantes. Vale lembrar mais uma vez que esses à frente das aulas nesse modelo de ensino também são profissionais da área de segurança pública, especialistas nas mais diversas modalidades que configuram a amplitude de funções dentro dessa unidade orgânica do Distrito Federal, mediados pelo pleno domínio da sua especialidade deve preparar os futuros policiais e bombeiros para reproduzirem na prática, em exercício laboral, os conhecimentos transmitidos, assumindo a responsabilidade e compromisso em contribuir com profissionais aptos para assegurar a segurança da sociedade. Por isso, a importância em avaliar constantemente as atitudes desses alunos, auxiliar e corrigir para refazer aquilo que em sua rotina de trabalho não pode haver erro ou conseguirem contornar sem grandes prejuízos e de forma rápida o que não for possível realizar com assertividade. Dentro dessa realidade pedagógica temos algumas especificidades que precisam ser destacadas para uma melhor compreensão.

6. DA FORMAÇÃO POLICIAL E SUAS EXIGÊNCIAS EDUCATIVAS

Diante dos aspectos já mencionados, o presente trabalho acerca das especificidades do trabalho pedagógico realizado pela ESPC-DF, é perceptível que as instituições de ensino para os profissionais da área de segurança pública são fundamentais no que tange “[...] a garantia da ordem pública para além de um trabalho repressivo e preventivo preocupados com a dignidade da pessoa humana e assim, comprometidos em evitar constrangimentos e situações aviltantes aos indivíduos da sociedade.” (LAZZARINI, 1999, p.21). Tendo em vista o conjunto de

comportamentos que se esperam desses profissionais ao executarem suas atribuições, especificidade essa que permeia todos os componentes curriculares do processo formativo desenvolvido pelo setor de planejamento pedagógico.

Há uma cobrança constante por parte da população frente ao trabalho das instituições policiais, o uso abusivo do poder em determinadas situações por alguns de seus servidores da área de segurança pública causa sentimento de revolta na sociedade, que espera sentir-se segura com o trabalho policial e não coagida, “[...] sentimento esse enraizado desde a ditadura militar no Brasil, onde os policiais desempenham um papel autoritário, através da coerção física imoral, além das restrições de direitos e privacidade” (COUTO, 2015, p.23).

Nesse sentido, houve um distanciamento entre os cidadãos e os profissionais da área de segurança pública que desde a redemocratização, o estado, busca romper com essas barreiras, uma vez que a própria Constituição Federal estabelece segurança como responsabilidade de todos, fazendo-se necessário trabalho coletivo integrado frente a ordem pública de forma pacífica e harmoniosa. Assim, a formação policial busca por meio dos conhecimentos desenvolvidos em seus cursos formar profissionais que, “[...] através de suas técnicas-profissionais atuem dentro dos limites legais e suficientes no desempenho de suas funções e estejam aliados a todos os atores sociais comprometidos em garantir a segurança pública coletiva” (COUTO, 2015, p.23).

Tendo em vista que uma das principais funções do trabalho policial e do corpo de bombeiros é a proteção da vida dos cidadãos em todos os aspectos e a garantia dos seus direitos fundamentais previstos constitucionalmente, tornou-se necessário a formação de profissionais que estejam alinhados com os direitos humanos. Logo, vale destacar os esforços que a Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal assume em suas práticas educativas ao valorizar a vida e o respeito a vida humana, desde a forma com que se trata os próprios alunos ao que se espera deles em relação à sociedade, Couto (2015), deixa evidente que: “[...] muitas práticas repressivas se consolidaram na estrutura organizacional dos sistemas de segurança pública e para romper com esse caráter opressor foi preciso definir um novo modelo de formação para esses profissionais” (COUTO, 2015, p.24), ou seja, foi preciso romper com a relação repressiva entre estudantes e professores nesse modelo de ensino para refletir nas atitudes que esses aprendem e reproduzem quando confrontam com a realidade em suas rotinas de trabalho.

Uma das movimentações da ESPC -F em relação a isso se consolida nas oficinas didáticas realizadas pelo chefe do setor de planejamento pedagógico da escola e sua equipe de trabalho, que enquanto profissional graduado em pedagogia e especialista na área educativa em

conjunto com as atribuições de policial civil do Distrito Federal, consegue reunir as peculiaridades de cada formação e repassar para seus colegas de profissão as novas exigências que permeiam o ato de ensinar. Assim, um de seus objetivos ao realizar essas oficinas é mostrar para esses policiais que não há espaço para um ensino opressor e, principalmente, a forma como falar ou tratar cada um dos indivíduos que faz parte desse processo pedagógico. Que dentro da sala de aula o cursista precisa ser o foco do processo de ensino e aprendizagem, onde há uma distinção nos níveis de aprendizagem sendo preciso respeitá-los, além de conseguir conciliar as diversas áreas de formação que esses são graduados, devendo conhecer o perfil destes que compõem a devida turma e alinhar as estratégias para alcançá-los efetivamente. Acrescentado ainda de orientá-los para a transmissão de conhecimentos fundamentados na razoabilidade e consciência de seus atos no que concerne o respeito aos direitos humanos em sua totalidade.

Balestreri (2010, p.112), nos diz que “a educação é um caminho a ser percorrido através do que já se tem para o que se quer chegar”, ou seja, um esforço para transformar determinadas situações que não condizem mais com a realidade vivida. O processo educativo não é estático e acompanha as constantes modificações em que a sociedade está inserida, através dele os indivíduos conseguem adaptar-se às novas exigências tecnológicas, sociais, políticas, ambientais e culturais. Paulo Freire traz o seguinte pensamento “[...] a educação muda as pessoas, pessoas transformam o mundo” (FREIRE, 1979, p.84). A partir disso, justifica-se a importância de ações educativas consolidadas para a formação dos profissionais da área de segurança pública, tendo em vista que eles atuam diretamente na realidade social frente aos interesses públicos, individuais e coletivos. Precisam adequar e alinhar suas ações à medida do tempo e meio em que estão inseridos.

Por isso, não há espaço para uma educação tradicional com métodos repetitivos atrelados a memorização, pois exige um processo contínuo onde se articula teoria e a realidade cotidiana, a fim de solucionar a problemática que exigem desses profissionais agilidade, autonomia, flexibilidade, criticidade, dentre outras competências para o alcance de um alto padrão de qualidade e produtividade no desempenho de suas funções consoante a missão institucional e social (Plano Anual de Formação. Brasília, 2015).

Conforme as novas demandas sociais, a globalização, os avanços tecnológicos e dos meios de comunicação, foi preciso que as instituições de ensino de segurança pública reavaliassem seus processos formativos, dessa forma:

em diversos espaços públicos, ou não, e em Congressos Internacionais, resultando em propostas de medidas para o controle do crime, o qual está cada vez mais globalizado. Nesse sentido, discutem-se várias teorias, procurando a melhor a ser aplicada nesse universo de realidades, focando a aproximação dos responsáveis profissionalmente pela segurança pública, os policiais, ou os encarregados de aplicar a lei, cada vez mais próximos do cidadão para a resolução de problemas da comunidade, buscando-se a almejada sensação de segurança e qualidade de vida. (MIGUEL, Marco Antonio. Alves. disponível em: [http:// www.polmi.sp.gov.br/unidades/apmbb/pdf/artigo_1.pdf](http://www.polmi.sp.gov.br/unidades/apmbb/pdf/artigo_1.pdf). Acesso em: 10 jun 2023).

Logo, é preciso que essas práticas educativas estejam cada vez mais presentes nos debates acadêmicos e acessíveis para população, contribuindo para o trabalho coletivo sinérgico e, também, para que consigam mostrar os resultados obtidos por esses métodos possibilitando que outras instituições de ensino desenvolvam-vos e consigam adaptar de acordo com as necessidades específicas da modalidade de ensino. Nesse sentido, o trabalho pedagógico realizado pela Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal é direcionado por um referencial teórico metodológico composto por diretrizes curriculares que regem os planos anuais de formação para profissionais da área de segurança pública do DF.

6.1 Princípios da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública

Diante a preocupação em consolidar o ensino de seus profissionais, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), apresenta em sua Matriz Curricular Nacional diretrizes responsáveis para ações formativas de seus profissionais em todo território do país, de maneira especial no Distrito Federal, assegurando a educação como instrumento fundamental na potencialização e excelência no desempenho das atividades policiais dentro da sociedade democrática. Assim, atendendo às particularidades de cada ente federado, servindo como instrumento de gestão das instituições de ensino das áreas de segurança pública, para que haja uma uniformidade e nivelamento do ensino.

Destaca-se também por suas evoluções e reformulações, uma vez que compreende as contínuas mudanças na sociedade. Exemplo disso é quando a educação dos profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública, foi inserida no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos em 2006, onde “consolida uma proposta de um projeto de sociedade baseada nos princípios da democracia, cidadania e justiça social e reforça um instrumento de construção de uma cultura de direitos humanos, entendida como um processo a ser apreendido e vivenciado

na perspectiva da cidadania ativa” (BRASIL, 2009, p.9). Estabelece ainda princípios que devem ser norteadores nesse processo:

- 1º) respeito e obediência à lei e aos valores morais que a antecedem e fundamentam, promovendo a dignidade inerente à pessoa humana e respeitando os direitos humanos;
- 2º) liberdade de exercício de expressão e opinião;
- 3º) leitura crítica dos conteúdos e da prática social e institucional dos órgãos do sistema de justiça e segurança;
- 4º) reconhecimento de embates entre paradigmas, modelos de sociedade, necessidades individuais e coletivas e diferenças políticas e ideológicas;
- 5º) vivência de cooperação e respeito às diferenças sociais e culturais, atendendo com dignidade a todos os segmentos sem privilégios;
- 6º) conhecimento acerca da proteção e dos mecanismos de defesa dos direitos humanos;
- 7º) relação de correspondência dos eixos ético, técnico e legal no currículo, coerente com os princípios dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito;
- 8º) uso legal, legítimo, proporcional e progressivo da força, protegendo e respeitando todos(as) os(as) cidadãos(ãs);
- 9º) respeito no trato com as pessoas, movimentos e entidades sociais, defendendo e promovendo o direito de todos(as);
- 10º) consolidação de valores baseados em uma ética solidária e em princípios dos direitos humanos, que contribuam para uma prática emancipatória dos sujeitos que atuam nas áreas de justiça e segurança;
- 11º) explicitação das contradições e conflitos existentes nos discursos e práticas das categorias profissionais do sistema de segurança e justiça;
- 12º) estímulo à configuração de habilidades e atitudes coerentes com os princípios dos direitos humanos;
- 13º) promoção da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nas ações de formação e capacitação dos profissionais da área e de disciplinas específicas de educação em direitos humanos;
- 14º) leitura crítica dos modelos de formação e ação policial que utilizam práticas violadoras da dignidade da pessoa humana. (BRASIL 2009, p. 36)

Dentro desse contexto, a Matriz segue três princípios fundamentais: éticos, que evidencia a transversalidade dos direitos humanos dentro das atividades formativas e orientam quais são as ações desejáveis e aceitáveis por esses profissionais dentro de um estado democrático de direito; educacional, onde versa sobre o processo geral e fundamentação das ações formativas; por fim, didático-pedagógico, responsável por orientar os processos de planejamento, execução e avaliação da equipe docente, destacando os seguintes aspectos:

É válido ressaltar que os diversos itinerários formativos a serem elaborados com base no referencial da Matriz devem contemplar os direitos humanos, a partir das abordagens interdisciplinares e transversais. Ou seja, os temas relacionados aos direitos humanos, principalmente os vinculados à diferença sociocultural de gênero, de orientação sexual, de etnia, de origem e de geração, devem perpassar todas as disciplinas, trazendo à tona valores humanos e questões que estabelecem uma relação dialógica entre os campos de conhecimentos trabalhados nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. (SENASP, 2014, p.39).

Assim, para construir um currículo que contemple valores, atitudes e integração das mais diversas áreas sociais é necessário que o pedagogo construa um currículo democrático e interdisciplinar, que contemple as especificidades do cargo em consonância com o desenvolvimento integral do profissional, ficando sujeito à essa responsabilidade o policial civil chefe do setor de planejamento pedagógico da ESPC-DF.

6.2 Construção Curricular

Gimeno Sacristán (1998), em um debate sobre a construção do currículo e sua importância para a prática educativa, nos diz que esse é um “objeto que se constrói através do processo de configuração, implantação, concretização e expressão de determinadas ações pedagógicas, como resultado das intervenções diversas realizadas dentro dele e que essas movimentações são fundamentais para que os alunos aprendam.”

A construção do currículo é um processo peculiar de cada sistema educativo, resultante de influências diversas e complexas, com objetivos distintos e democráticos, uma vez que abrange toda comunidade acadêmica a que se destina e não apenas um integrante. Por isso, o currículo não é estático e exige flexibilidade para lidar com as dinâmicas pertinentes a sua construção.

No ensino policial, a matriz apresenta uma dinâmica curricular fundamentada entre os eixos articuladores e as áreas temáticas:

A dinâmica e a flexibilidade da Matriz se encontram nas infinitas possibilidades de interação existentes entre os eixos articuladores e as áreas temáticas. São essas interações que proporcionam a visualização tanto de conteúdos que contribuam para a unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública como de conteúdo que atendam às peculiaridades regionais (SENASP, 2014, p.41).

Ao contemplar uma educação articulada entre as áreas temáticas e específicas de uma determinada modalidade educacional com eixos articuladores, estamos possibilitando uma interação com as diversas áreas sociais, deixando de condicionar as práticas educativas em apenas uma vertente e, assim, fomentando a forma com que as pessoas se relacionam na sociedade. Em outras palavras, construir um currículo pautado nessa dinâmica exige que o

ponto de partida aconteça mediada por experiências concretas dos estudantes, além do reconhecimento da contemporaneidade que estão inseridos, temos a partir dos escritos de Paulo Freire uma definição que potencializa essa dinamicidade entre os conteúdos com a realidade em que vivemos:

Não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação. Vale dizer, uma educação que longe de se identificar com o novo clima para ajudar o esforço de democratização, intensifique a nossa inexperiência democrática, alimentando-a. (FREIRE, 2015, p.89)

Portanto, temos a oportunidade de relacionar nossas práticas sociais com novos conhecimentos e saberes a partir de um processo educativo engajado em romper com as barreiras que afastam os indivíduos de seu papel social. A seguir definiremos o que são esses eixos articuladores e quais fazem parte do processo formativo para os profissionais da área de segurança pública.

6.2.1 Eixos Articuladores

“A Matriz Comum Curricular assume a responsabilidade em construir um currículo voltado para área de segurança pública permeado pelas questões sociais que abrangem o país inteiro” (SENASP, 2014, p.41).

Uma vez que, esse ensino se compromete com a mudança concreta da estreita relação entre seus profissionais e a sociedade, destacando combate à violência de forma que se promova a cultura da paz em todo território nacional. Assim, a Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal, ao construir seu plano de ensino e preparar esses profissionais para a garantia fundamental dos direitos humanos e o bem-estar coletivo, deve oferecer uma formação integral à luz do referencial curricular.

Para orientar a construção desse plano curricular, o documento define os eixos articuladores como: “caminho para reflexão dos papéis individuais, sociais, históricos e políticos tanto do profissional, como das instituições de segurança pública” (SENASP, 2014, p.41).

Dessa forma, tem como um de seus objetivos capacitar profissionais que atuam de

maneira ética e moral no desempenho responsável de suas atribuições, ou seja, permitindo ensino que estimule o desenvolvimento pessoal.

Foram selecionados quatro eixos articuladores para direcionar as ações formativas contidas no currículo educativo para área de segurança pública (SENASP, 2014, p.41), sendo eles:

1. Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública;
2. Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública;
3. Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública;
4. Diversidade Étnico-sociocultural, Conflitos e Segurança Pública (SENASP, 2014, p.41).

O eixo articulador “Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública”, é responsável em destacar que os profissionais da área de segurança pública estão em constante interação com os outros indivíduos da sociedade e o próprio ambiente, onde o desempenho de suas funções são atrelados diretamente as demandas que permeiam a rotina social. Com isso, “[...] abordará debates que coloque em voga o respeito a si próprio que refletirá no processo de coerência acerca dos valores socialmente definidos” (COUTO, 2017, p.26). Os temas desse eixo são:

Sensibilização, motivação pessoal e coletiva e integração de grupo; Identidade étnica e processos relacionais; Aspectos humanos da profissão ou de procedimentos específicos; Relações humanas; Autoconhecimento e valores; Mídias e segurança pública (SENASP, 2014, p.42).

No eixo “Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público, e Segurança Pública”, traz a centralidade para o espaço em que atividade da segurança pública ocorre de fato, tendo em vista as particularidades e especificidades de cada contexto social exigirá. Pois, sabe-se que o exercício dessa profissão está inserido em cada parte do território nacional e que várias são as realidades encontrados até mesmo dentro do próprio estado, o profissional deve então está preparado para agir conforme interesses e conflitos que caracterizam o espaço em que for designado E adaptar a suas ações à medida que se fizer necessário. São exemplos de temas abordados nesse eixo:

Elementos de Antropologia e de História; Sociedade, povo e Estado Brasileiro; Espaço público, cidadania, democracia e Estado de Direito; Constituição do Estado de Direito; Formas de sociabilidade e utilização do espaço público; História social e econômica do Brasil e dos estados; História das instituições de segurança pública; Mobilidade social (SENASP, 2014, p.43).

Em “Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública”, o eixo ressalta os princípios e valores fundamentais nos diferentes aspectos da vida profissional, institucional e social. Tem como um dos seus objetivos formar profissionais engajados com a democracia e o respeito aos direitos humanos, que atuem de forma imparcial dentro dos contextos sociais, obediente a legislação, preocupados no combate à violência, manutenção da ordem pública e preservação da vida, principalmente, abandonando práticas excessivas ao violar a dignidade humana. Nesse eixo são abordados os seguintes temas:

Valores presentes na sociedade; Atuações humanas frente a dilemas éticos; ética, política, cidadania e segurança pública; práticas dos profissionais da área de segurança pública de acordo com as normas e dos valores dos direitos humanos; Sustentabilidade social (SENASP, 2014, p.43).

Por fim, o eixo “Diversidade Étnico-Sociocultural, Conflitos e Segurança Pública”, entende que a sociedade acontece dentro de um espaço cultural de grande variedade, que os indivíduos crescem e pertencem às mais diversas possibilidades culturais e que é fundamental reconhecer a todos como cidadãos de direitos e respeitá-los em suas diferenças. Assim, a um amplo debate que possibilita a reflexão crítica ao intervir frente a cada demanda sociocultural que ele for exigido, tendo em vista que estarão muitas vezes diante situações complexas de intolerância e discriminação que englobam inúmeros grupos sociais caracterizados por sua escolha sexual, gênero, etnia, origem, entre outros. Para esse eixo foram selecionados os seguintes temas:

Diversidade como fenômeno social e direito fundamental da cidadania; diversidade étnico-sociocultural; grupos vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade; valorização das diferenças e atuação de órgãos da segurança pública; conflitos gerados pela intolerância e a discriminação; mediação e negociação de conflitos; movimentos sociais e a atuação dos profissionais da área de segurança pública; multiculturalismo (SENASP, 2014, p.44).

Todos esses temas que definem os eixos articuladores presentes na matriz curricular e são contemplados pela ESPC DF em sua construção curricular devem permear as áreas temáticas que definem as atribuições específicas dos cargos desses servidores públicos, sendo essas:

6.2.2 Áreas Temáticas

No cumprimento da construção curricular dinâmica, deve-se ainda contemplar áreas temáticas definidas pela Matriz Curricular Nacional como imprescindíveis para as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública em consonância com os eixos articuladores.

Assim, ao construir o currículo anual serão desenvolvidas as seguintes áreas indispensáveis para o processo formativo desses profissionais: Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública, que tem como função apresentar a estrutura organizacional, os princípios e os processos e métodos no que tange a política da segurança pública; Violência, Crime e Controle Social, que abordam o conhecimento da criminologias nas suas mais variadas formas, grau e abordagem necessária para cada uma delas; Conhecimentos jurídicos, que desenvolve a ligação entre ordem jurídica e a compreensão da realidade consoante aos direitos humanos; Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos, que desenvolve temas responsáveis pela análise das situações problemas e a forma como contornar a cada uma delas; Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador, que apresenta o bem-estar do profissional, tanto física como psicológica; Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública, que apresenta as diversas formas de comunicação presentes no sistema de segurança imprescindíveis para o funcionamento das instituições; Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva, com os temas que preparem esses servidores para a realidade do cotidiano e as formas como solucionar concretamente os desafios; e por fim, Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública, que deverão permear todas as ações formativas e integrar as demais áreas citadas. (SENASP, 2014)

Diante dessas exigências curriculares há especificidades que circundam o processo educativo vigente na ESPC-DF, que carecem um olhar minucioso para entender a atuação pedagógica nesse espaço de ensino.

7. AS ESPECIFICIDADES PEDAGÓGICAS DE ESCOLA SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

A proposta educativa para as ações formativas que regem o trabalho realizado pela Escola Superior de Polícia Civil Distrito Federal, no que concerne a formação dos profissionais da área de segurança pública requer um esforço pedagógico especializado, para atender as exigências estabelecidas na Matriz Curricular Nacional em consonância com as necessidades da sociedade as quais estão relacionadas ao desempenho do trabalho realizado por essas instituições.

Desse modo, o objeto de estudo em seus cursos de formação perpassa por vários campos de conhecimento e componentes curriculares. No sentido de que estes promovem um olhar mais amplo acerca da realidade com que esses profissionais estão inseridos, além de produzir nesses acessibilidade, capacidade, autonomia, criticidade e assertividade em suas tomadas de decisões ao encontrar soluções significativas diante os problemas complexos que enfrentam em suas rotinas de trabalho.

O método da Aprendizagem Baseada em Problemas utilizado pela Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal evidencia o rompimento de um ensino tradicional pautado em uma abordagem engessada, onde o professor detém todo conhecimento, estabelece conteúdos pré-definidos e preocupa-se apenas em transmiti-los para os alunos, a fim de que esses consigam memorizá-los. No entanto, não possibilitam tempo, nem espaço para que desenvolvam o que se foi aprendido.

Esse ensino ao romper com as técnicas tradicionais nos reafirma que “a educação é capaz de possibilitar mudanças de pensamentos, ações e condutas, quando se definem objetivos concretos e conscientes para estruturar a suas ações pedagógicas” (FERRAZ, BELHOT, 2010).

Ao pensar em aprendizagem vários são os conceitos, métodos e técnicas que as podem definir, nesse sentido cabe uma atenção aprofundada para compreender as especificidades que circundam as práticas educativas e formativas dos profissionais da área de segurança pública, tendo em vista que ainda pouco se fala ou se conhece desse processo educativo.

Para isso, a referente matriz curricular apresenta sua definição fundamentada na teoria de Libâneo (1994), considerando-a como um processo “[...] de assimilação de determinados conhecimentos e modos da ação física e mental”, que através do processo de ensino estabelece uma conexão cognitiva e afetiva entre o aluno e o que está se ensinando. Aqui destaco que ao organizar suas estratégias, a ESPC DF preocupa-se em organizar suas formas de aprendizagem, diversificá-las e estabelecer seus objetivos com clareza para que não ocorra um ensino

mecanizado, repetitivo e sem intencionalidade, pois reconhece que dessa forma os conhecimentos não se concretizam de fato e não cumprem sua função social. Vale lembrar que o esforço educativo para estes alunos é um retorno direto às necessidades da sociedade.

Partindo desse pressuposto, o referencial pedagógico preocupa-se para além de um conjunto de conteúdos a se cumprir ou apenas uma obrigação a se realizar como etapa do certame, mas entende que esse ensino está permeado de inúmeras complexidades e que possuem vários fatores que interferem na efetivação do mesmo, desde as individualidades que caracterizam os alunos, aos resultados que serão obtidos, a escolha das estratégias pedagógicas e as condições materiais para conseguir desenvolver as aulas da melhor maneira.

Dentro desse processo para auxiliar os docentes e a equipe educativa na promoção efetiva da consciência coletiva profissional da área de segurança pública, a matriz destaca três áreas de competências que deverão orientar a construção do currículo para a elaboração das atividades formativas desses servidores em todos os componentes curriculares e no processo formativo dos cursos oferecidos pela instituição, sendo elas:

1. Cognitivas, aprender a pensar: competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da pesquisa e da organização do conhecimento e que habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, a posicionar-se, a comunicar-se e a estar consciente de suas ações.
2. Atitudinais, aprender a ser e a conviver: competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais - conscientização de si próprio - e da interação com o grupo e a convivência em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.
3. Operativas, aprender a atuar: competências que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente (SENASP, 2014, p.53).

Assim, não há como pensar em um ensino somente teórico, ou somente prático. Estamos diante de uma práxis pedagógica, com objetivo da transformação do profissional que através do seu saber teórico conseguirá na rotina de sua profissão desenvolver com autonomia e assertividade o saber prático a que for exigido e submetido. Pois, a complexidade que permeia as demandas da sociedade em relação ao trabalho dos policiais e do corpo de bombeiros, se faz imprescindível a percepção de como agir a cada situação, sabendo adaptar-se conforme a necessidade uma vez que será preciso utilizar seus conhecimentos de maneiras diferentes na proporcionalidade situacional, compreender as limitações de suas ações, discernir o possível do impossível e prever os cenários inevitável e desejável, para assim cumprirem efetivamente com

as atribuições que lhes são confiadas dentro da legalidade no que tange a manutenção e preservação da ordem pública.

Nesse contexto, há uma transposição didática (CHEVALLARD, Yves. 1991) que é fruto do processo estabelecido pelas diretrizes orientadoras na construção do planejamento, nas escolhas dos conteúdos, na metodologia, estratégias, avaliação e organização curricular que devem ser adotadas para consolidar o ensino efetivamente. A Matriz Curricular Nacional diz que “as escolhas dessas ações formativas devem se firmar na contextualização, interdisciplinaridade e transversalidade entre os diferentes componentes curriculares que fazem parte da Malha Curricular” (SENASP, 2014, p.56). Poderemos compreender a seguir cada uma delas.

A contextualização se define como:

O ensino da ESPC-DF busca compreender antes de tudo a realidade dos que estão aprendendo, o meio que irão trabalhar, as condicionantes que influenciam diretamente no ensino e buscam desenvolver nestes a capacidade de reflexão, percepção e autonomia ao desenvolverem as situações-problemas que condizem com a realidade que esses irão se deparar quando estiverem trabalhando de fato. Assim, se mostra a importância da contextualização dos conteúdos para que não seja um ensino mecanizado, ou apenas um acúmulo de conhecimentos programáticos que devem ser cumpridos, ou seja:

Contextualizar o conteúdo que se quer aprendido significa, em primeiro lugar, assumir que todo conhecimento envolve uma relação entre sujeito e objeto (...) O tratamento contextualizado do conhecimento é o recurso que a escola tem para retirar o aluno da condição de espectador passivo. Se bem trabalhado, permite que, ao longo da transposição didática, o conteúdo do ensino provoque aprendizagens significativas que mobilizem o aluno e estabeleçam entre ele e o objeto do conhecimento uma relação de reciprocidade. A contextualização evoca por isso áreas, âmbitos ou dimensões presentes na vida pessoal, social e cultural, e mobiliza competências cognitivas já adquiridas. (MEC, 2000, p. 79)

A interdisciplinaridade é definida no seguinte termo:

Aqui temos a integração dos componentes curriculares e seus objetivos, onde possibilita uma interação entre os conteúdos, áreas temáticas e eixos articuladores. Tendo em vista que o exercício profissional desses servidores se fundamenta por um conjunto de competências e habilidades indispensáveis, onde uma será complemento da outra. Essa integração potencializa

a aprendizagem atribuindo significado para cada conhecimento transmitido. Podemos definir essa interdisciplinaridade nas seguintes palavras:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação dos diferentes campos do conhecimento, possibilitando uma relação epistemológica entre as disciplinas, ou seja, uma inter-relação existente entre os diversos campos do conhecimento frente ao mesmo objeto de estudo (...). Romper com a fragmentação do conhecimento não significa excluir sua unidade (...), mas sim articulá-la de forma diferenciada, possibilitando que o diálogo entre os conhecimentos possa

Favorecer a contextualização dos conteúdos frente às exigências de uma sociedade democrática, levantando questões, abrindo pista, intervindo construtivamente na realidade, favorecendo o pensar antes, durante e depois da ação e, conseqüentemente, na construção da autonomia intelectual. (CORDEIRO G SILVA, 2005, p. 18).

A transversalidade se caracteriza por:

Aqui podemos encontrar os assuntos mais atuais da sociedade, compreender as mudanças constantes em que estamos inseridos e debater sobre questões pertinentes acerca das relações humanas, entender os mais diversos grupos culturais, sociais e econômicos. É preciso levar em consideração que o trabalho realizado por esses profissionais está atrelado diretamente às movimentações constantes da sociedade e é necessário que saibam as acompanhar. Entender a realidade, o contexto de cada espaço geográfico, a relação com o meio ambiente, o respeito à diversidade, entre outras questões interferem significativamente na aprendizagem que é oferecida nos cursos, assim como na atuação profissional quando em exercício.

A transversalidade refere-se a temas sociais que permeiam os conteúdos das diferentes disciplinas, exigindo uma abordagem ampla e diversificada, não se esgotando num único campo de conhecimento. Os temas transversais não devem constituir uma única disciplina, mas permear todo o trabalho educativo (SENASP, 2014, p.57).

Logo, a ESPC-DF, observa criticamente a cultura organizacional e as problemáticas no âmbito profissional atrelados às socioculturais, para formular suas ações pedagógicas e assim conseguir efetivar a contextualização, interdisciplinaridade e transversalidade pretendidas, uma vez que, precisa aliar teoria e prática, formação e demanda social.

E nessa perspectiva a Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal, em sua organização, ao contar com o trabalho realizado pelo setor de planejamento pedagógico chefiado pelo policial civil pedagogo, compreende a necessidade em planejar disciplinas e cursos que contemplem essas especificidades citadas acima, acrescentado ainda por possuir uma

equipe docente não formada, especificamente, em áreas educacionais e que podem não possuir o preparo didático e pedagógico adequado. Dessa forma, exige-se o direcionamento para que esses educadores consigam administrar melhor os seus objetivos institucionais, repassando os conteúdos abordados com coerência, clareza e ativamente à modo que cumpram efetivamente o processo de aprendizagem que será reproduzido por esses alunos ao assumirem o efetivo exercício de suas funções. E mesmo que não sejam formados para desempenhar um papel educativo em sua vida profissional, ao se especializarem nas áreas temáticas que definem cada cargo empregado às unidades e departamentos de segurança pública do DF, assumem um importante papel frente aos novos profissionais que irão compor o quadro de servidores efetivos desses órgãos fomentados pelo auxílio didático e pedagógico que recebem do pedagogo responsável pelas práticas educativas da Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal.

7.1 A importância do docente

Conforme a matriz referencial o professor que atua nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública deve estar atento para que as atividades selecionadas possam ajudar os alunos a serem profissionais reflexivos, que utilizem a autonomia intelectual e sejam capazes de "transferir conhecimentos", adaptando-se a diversas situações profissionais e a novas situações (SENASP, 2014, p.63)

Ao confrontar com as especificidades do ensino nas academias de polícias e destacar o trabalho pedagógico como instrumento significativo para a melhoria do serviço oferecido por essas instituições à população, é preciso evidenciar a importância do trabalho docente nesse processo. O professor/instrutor/mediador, desempenha função de construir meios que possibilitem aos alunos adquirirem novas competências a fim de reproduzi-las em seus ambientes de trabalho.

Para além de dominar conteúdos, esses docentes se apropriam de competências necessárias que devem ser ensinadas e são reconhecidos por suas áreas de especialização oriundas das práticas as quais são exercidas. Podemos definir esses especialistas como:

[...] um profissional admirado por sua capacidade de adaptação, sua eficácia, sua experiência, sua capacidade de resposta e de ajuste a cada demanda, ao contexto ou a problemas complexos e variados, bem como por "capacidade de relatar os seus conhecimentos, seu *savoir-faire*, e seus atos" (CHARLOT E BAUTIER, 1991).

Perrenoud (2001) diz ainda que esses professores devem possuir autonomia e responsabilidade ao "saber jogar com as regras e manter uma relação com os conhecimentos teóricos que não sejam reverentes e dependentes, mas, ao contrário, crítico, pragmático e até mesmo oportunista".

Nesse sentido, precisamos entender o professor como articulador no processo de ensino aprendizagem frente às situações-problemas que serão propostas aos alunos, responsável por estabelecer significados aos conhecimentos compartilhados entre os sujeitos inseridos nesse espaço de aprendizagem. A Matriz determina que os docentes devem contemplar mecanismos intencionais na construção de seus planejamentos, no intuito de destacar as competências que serão desenvolvidas (SENASP, 2014, p.69), acrescentando ainda:

Contemplar mecanismos intencionais, ou seja, um planejamento de ensino que possa considerar as competências que serão desenvolvidas, bem como os objetivos a serem alcançados. Para isto, os professores devem considerar que o profissional da área de Segurança Pública trabalha em ambientes e situações de risco, portanto, necessitam administrar o estresse. É importante que os professores, principalmente os das disciplinas técnico-operacionais, desenvolvam mecanismos de observação e avaliação das práticas e criem as condições necessárias para que os discentes possam apreender - aplicar - avaliar - corrigir, mediante um feedback constante (SENASP, 2014, p.69).

Partindo dessas diretrizes podemos definir a importância desse professor através das palavras de Altlet (1991), ao dizer que:

[...] esse docente se torna um profissional reflexivo ao conseguir aliar a dialética entre teoria e prática, substituindo-a por um ir e vir entre PRÁTICA-TEORIA-PRÁTICA. Além de analisar suas próprias práticas, resolver problemas, inventar estratégias, um professor que se apropria de uma abordagem acerca de situações vividas do tipo AÇÃO-CONHECIMENTO-PROBLEMA, utilizando conjuntamente prática e teoria (PERRENOUD, PAQUAY, ALTLET, CHARLIER, 1991).

Sabendo da importância ao escolher seu corpo docente e o papel fundamental para as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, a Matriz, destaca alguns pontos que devem ser observados pela equipe pedagógica responsável dentro dessas unidades educacionais:

A equipe do órgão responsável pela supervisão e coordenação das atividades formativas, em conjunto com a direção e equipe técnica das instituições de ensino de segurança pública, devem organizar um banco de dados que possibilite o cadastramento e avaliação dos docentes. Quando não for possível, deve solicitar que o professor faça a inclusão do seu currículo no sistema Lattes do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) (<http://lattes.cnpq.br/curriculo/sistemas.jsp>). Isto ajudará na seleção dos profissionais para compor o corpo docente das atividades formativas a serem desenvolvidas (SENASP, 2014, p.71).

Por fim, compreendendo a importância dos docentes nesse processo formativo caberá às Secretarias Estaduais responsáveis pelos órgãos de Segurança Pública promover e incentivar esses professores a participarem de programas de especialização, mestrados e doutorados, à maneira que desenvolvam métodos e práticas educacionais cada vez mais empenhados em garantir resultados eficazes para formação dos profissionais da área de segurança pública.

A fim de auxiliar a prática pedagógica desses docentes e contribuir para as ações formativas, no intuito de assegurar o ensino em todos os componentes disciplinares, foi elaborada a ementa curricular comum que sintetiza as etapas que devem ser contempladas no processo de ensino aprendizagem. As ementas são compostas das seguintes partes e são disponíveis pela Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais de Segurança Pública:

Nome da disciplina;

Mapa de competências da disciplina.

Tendo como base a competência descrita no perfil profissional, o mapa de competências da disciplina é o instrumento utilizado para orientar a seleção dos conteúdos de cada disciplina, de acordo com as dimensões do conhecimento que expressam conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Os mapas de competências são amplos e abrangentes e servem de base para a seleção dos conteúdos que compõem as ementas.

Carga horária recomendada

A carga horária recomendada é apenas uma referência, devendo a mesma ser revista pela equipe pedagógica das instituições de ensino de segurança pública frente às demandas da formação e da capacitação continuada.

Descrição da disciplina

• Contextualização

Histórico da disciplina contendo uma relação com o contexto atual;
Diferentes abordagens teóricas sobre a disciplina, se houver, destacando a que será considerada. Problemáticas que a disciplina visa levantar/responder; Importância do estudo da disciplina para a formação ou capacitação continuada do profissional da área de segurança pública.

• Objetivo geral da disciplina

Dentro de um enfoque voltado para a aprendizagem, o papel do professor é o de facilitador (articulador, mediador, tutor), que "cria condições para...". Portanto, o objetivo da disciplina deve conter verbos de ação que permitam visualizar o comportamento que se espera do aluno ao final da disciplina. Os objetivos deverão ser descritos obedecendo-se às dimensões do conhecimento:

SABER (conhecimentos): expressam os conteúdos conceituais que o profissional de Segurança Pública deve saber em relação ao campo disciplinar: leis, princípios e saberes sistematizados;

SABER FAZER (habilidades e conteúdos procedimentais): indicam as habilidades

operativas e de pensamento que o profissional de Segurança Pública precisa demonstrar em relação ao campo disciplinar: métodos, técnicas, procedimentos; bem como as habilidades de pensamento: observação, análise, síntese;

SABER SER (atitudes): expressam os conteúdos atitudinais: os valores, as crenças, as atitudes etc., que serão fortalecidas pelas situações vivenciadas dentro do campo disciplinar em questão.

Conteúdo programático

Os conteúdos não devem ser considerados um fim em si mesmo, mas ferramentas que possibilitem refletir, intencionalmente, sobre a prática do profissional da área de segurança pública e as possibilidades de intervenção na realidade. Os conteúdos descritos possuem como foco o que o profissional da área de segurança pública precisa saber em relação ao respectivo campo disciplinar.

Estratégias de ensino-aprendizagem

Seleção de estratégias de ensino consideradas imprescindíveis para possibilitar o alcance dos objetivos. De acordo com a linha teórico-metodológica contemplada na Matriz Curricular Nacional, devem ser privilegiados métodos e técnicas coerentes com o ensino ativo (situações-problema, estudos de caso, role playing, demonstrações, etc.) adequados aos objetivos da disciplina.

Avaliação da aprendizagem

Neste item serão descritos os aspectos que deverão ser observados durante a execução da disciplina para facilitar o feedback do docente sobre o desempenho do discente, propiciando a este a reflexão sobre a ação realizada.

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas de livros, artigos e outros documentos que fundamentam os conteúdos a serem estudados, as estratégias de ensino e a avaliação da aprendizagem, servindo de referencial para a prática de ensino que segue o padrão ABNT (SENASP, 2014, p.78).

Ao analisar essa ementa disponível no documento referencial e comparar com um dos planos de curso em que tive acesso durante o estágio na ESPC-DF, foi perceptível o quanto essas ementas podem auxiliar os docentes na organização e planejamento de suas aulas. Na Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal, o pedagogo responsável, assume a responsabilidade em construir o corpo da ementa disciplinar de cada curso, constrói um documento já organizado e dividido a fim de que o docente responsável só preencha com as informações específicas de sua disciplina, com o objetivo de orientar na construção dessa prática formativa que antecede as aulas.

Esse documento conta com as seguintes especificações: nome do curso, carga horária, o quantitativo de vagas e o público-alvo a que se destina (aqui traz especificado também os critérios de seleção dos alunos, se terá que ter autorização do chefe imediato, indicação do departamento ou determinação dos diretores), a data, os dias e horários das aulas, período de inscrição e procedimento para como realizar.

Além disso, o chefe do setor de planejamento pedagógico, apresenta a justificativa da realização do curso e realiza a distinção dos objetivos gerais e específicos, o que chamou minha atenção ao observar esse documento foi a iniciativa de deixar comentários para auxiliar na elaboração desse plano disciplinar, por exemplo, ao lado da parte dos objetivos, o pedagogo, deixou ao lado a seguinte recomendação e acrescentados ainda de referenciais teóricos que

sustentassem suas informações:

“Comentado [MSdA8]: De forma simplificada, objetivos de aprendizagem são metas ou resultados propostos para que os alunos adquiram determinados conhecimentos. Eles indicam o que o aluno deverá ser capaz de fazer como consequência de seu aprendizado em uma determinada disciplina ou curso.

- Os objetivos são expressos em VERBOS.
- Os objetivos de um curso podem ser expressos em dois níveis:
- Objetivos gerais são mais amplos e mais complexos. Podem ser alcançados em longo prazo, por exemplo, ao final de um curso completo ou de uma disciplina. •

- Objetivos específicos referem-se a aspectos mais simples, mais concretos, alcançáveis em menor tempo, como, por exemplo, os que surgem ao final de uma aula ou unidade. Segundo Haydt, "enquanto os objetivos gerais fornecem diretrizes para a ação educativa como um todo, os objetivos específicos norteiam, de forma mais direta, o processo de ensino aprendizagem" (2004, p. 115). Complementando, é importante você saber que os objetivos específicos são elaborados a partir de um objetivo geral e com o propósito de fazer com que ele seja alcançado. Veja o exemplo a seguir: Objetivo geral - desenvolver-se numa sociedade em progresso constante. Objetivos específicos: / proteger o ambiente. / conhecer os principais agentes de poluição. Extrair do ambiente cinco provas concretas de poluição. Perceba que os objetivos específicos são um desmembramento do objetivo geral, ou seja, saber proteger o ambiente, conhecer os principais agentes de poluição e identificar no ambiente provas concretas de poluição tornarão o aluno capaz de se desenvolver como parte de uma sociedade em progresso constante.”

E assim ele continua apresentando em cada parte a ser preenchida as explicações e como se fazer, ou seja, se faz presente em cada etapa do processo formativo apoiando o corpo docente através de suas atribuições pedagógicas.

Através dessa ação consegui distinguir e entender a importância da pedagogia para além das salas de aulas, o quanto se torna fundamental um profissional especializado em organizar, planejar, administrar e cuidar dos espaços educativos. Assim, conseguimos concluir a proposta pedagógica da Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal e as ações formativas que corroboram para uma formação inicial e continuada para o desempenho eficaz dos profissionais da área de segurança pública do Distrito Federal e suas contribuições para a sociedade em geral.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, o contato com a realidade pedagógica presente na formação dos servidores de segurança pública do Distrito Federal e os referenciais teóricos acerca da educação em espaços educativos não escolares foi possível ampliar os conceitos da pedagogia e, principalmente, das inúmeras possibilidades de atuação nas quais os pedagogos estão inseridos. Por outro lado, notamos que é uma temática ainda pouco discutida e conhecida nas graduações e entre os próprios profissionais da área da educação, uma vez que o senso comum idealizou o pedagogo apenas como docente da educação básica. Não estamos aqui querendo desvalorizar o ser professor, pelo contrário, os professores são sujeitos essenciais para a transformação dos indivíduos e imprescindíveis para o processo de ensino e aprendizagem, mas queremos apresentar e destacar as diversas possibilidades de atuação pedagógica nas mais variadas instituições da nossa sociedade que necessitam de profissionais aptos e qualificados, em especial na Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal.

Conforme o exposto no presente trabalho por meio da vivência na ESPC-DF foi possível identificar o quanto a atuação do pedagogo em espaços educativos não escolares pode contribuir para a formação profissional e o reflexo de práticas educativas no cotidiano. É certo dizer que toda sociedade está inserida em um mundo pedagógico e muitas vezes não é perceptível, desde aquilo que aprendemos diante das nossas vivências, como dentro das escolas e em espaços não escolares que cumprem de maneira intencional e institucionalizada o papel de formar os indivíduos para um desempenho significativo em suas atribuições. Por isso, cabe destacar que todos os indivíduos estão em um processo de aprendizagem constante.

Ao mencionar a Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal como exemplo de um espaço educacional para além do sistema de ensino básico, de escolas técnicas e universidades que já estão presentes no debate acerca das áreas educativas com maior visibilidade, tivemos a intenção de apresentar a importância do pedagogo e a contribuição destes na formação dos profissionais que diariamente estão em contato com a sociedade, que por trás do serviço que podemos observar nas ruas, nas delegacias, nos sistemas penitenciários e nos demais ambientes em que desempenham suas funções há um esforço educativo comprometido em potencializar a segurança pública da nossa cidade.

Foi possível observar no pedagogo responsável pelo setor de planejamento pedagógico um profissional competente em conduzir práticas educativas desafiadoras, organizar estruturas curriculares, coordenar cursos e eventos interdisciplinares e contextualizados, preparar o grupo

docente com características diversas desde as especializações e experiências que tinham dentro da sala de aula.

Portanto, conseguimos identificar por meio dessa pesquisa a articulação das funções pedagógicas que permeiam o ato de ensinar, os espaços educativos e as intencionalidades que direcionam as atividades sistemáticas de cada instituição, acrescentados por um pedagogo que desenvolva atividades reflexivas, rompendo com a simples transmissão de conteúdo ou preocupado com a mera execução de atividades a serem cumpridas sem atribuir significados. No referente trabalho falávamos dessa pedagogia dentro da Escola Superior da Polícia Civil do Distrito Federal, mas cabe dizer que essas ações educativas são fundamentais em quaisquer sistemas de ensino, sendo necessário estabelecer bem os objetivos e os interesses que estão atrelados ao que se quer ensinar, distinguir os pedagogos especialistas dos docentes e, assim, trabalhar em conjunto para fomentar os resultados almejados.

Ao adentrar esse espaço de ensino não escolar quis enfatizar a presença do pedagogo para além da educação básica, no sentido de perceber que boa parte da população não tem dimensão do que é a pedagogia de fato. Não tem como culpá-los por essa concepção que reduz essa graduação a práticas docentes, pois são informações que dificilmente chegam à sociedade e até mesmo aos próprios estudantes de pedagogia, pois dentro dos cursos de graduação a pedagogia não escolar ainda é pouco evidenciada.

É preciso que os docentes responsáveis pela formação dos estudantes de pedagogia estejam engajados no processo de emancipação que tal formação necessita, ou seja, que capacitem profissionais para área educacional em sentido amplo e não apenas docentes, como bem define Libâneo: “[...] a formação do profissional da educação deve ser vista sob uma tríplice perspectiva: visa formar um profissional que possa atuar como docente (atual licenciado), como especialista (detentor das atuais habilitações) e como pesquisador (o atual bacharel, como essa modalidade tem sido mantida)” (LIBÂNEO, 2001, p.15), assim iremos conseguir reconstruir o sentido do ser pedagogo e ampliar cada vez mais os espaços de atuação. Desse modo, precisamos traçar meios que potencializam os debates educacionais através daqueles que se dedicam aos estudos a respeito desse significativo objeto de pesquisas, a fim de fomentar a formação pedagógica oferecida nos cursos de pedagogia.

Libâneo (2001, p.24), traz o termo “ciência pedagógica” que de fato a compreende em sua multidimensionalidade possibilitando uma potencialização ao definir sua importância, tendo em vista que o ser humano vive em um processo constante de transformação, adquirindo novos saberes e aprendizagens, a fim de superar suas limitações cognitivas e ir em busca da sua

ascensão social. Não posso deixar de destacar que o sistema educacional sofre muitas problemáticas ainda e que são vários os fatores que comprometem o processo de ensino e aprendizagem desde a educação básica se estendendo por todas as modalidades educativas que definem as atividades humanas, mas são necessários esforços para contribuir com a redemocratização tanto da sociedade, quanto da educação que estão diretamente ligadas.

Dentro dessa perspectiva e dos resultados encontrados na pesquisa realizada para a formulação deste trabalho, sinto-me na obrigação em destacar os espaços que carecem da atuação pedagógica para além da ESPC- DF: as escolas e os sistemas escolares; os movimentos sociais; as diversas mídias, incluindo o campo editorial; as áreas da saúde; as empresas, dentre outros espaços. Tendo em vista que uma das situações que mais me surpreenderam foi a vasta demanda que caracteriza o trabalho pedagógico dentro de um espaço não escolar, porém com pouco profissionais da área.

Dentro da própria Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal há questionamentos dos que lá trabalham acerca do quantitativo de vagas para esses profissionais habilitados e as raras vezes que saem editais para a contratação dos mesmos. Ou seja, o trabalho pedagógico que precisa ser realizado dentro da ESPC-DF em sua maioria é repassado para servidores com formação acadêmica e profissional diferente da área da educação e muitas vezes acarretando uma sobrecarga no pedagogo responsável em conduzir e elaborar as atividades necessárias.

Assim, acredito que o presente trabalho possa contribuir para a ampliação do conhecimento acerca desse espaço educativo, das atribuições pedagógicas e a importância do pedagogo frente ao exercício das funções que caracterizam o trabalho dos profissionais de segurança pública, possibilitando cada vez mais ações educativas que se comprometam em melhorar as atividades desses servidores. Além de suscitar nos profissionais da área da educação o interesse em atuar nos espaços pedagógicos não escolares e ainda, de lutar por mais oportunidades e vagas em órgãos públicos que necessitam dessas atribuições referentes ao trabalho do pedagogo, que por muitas vezes é transferida a outros servidores que não possuem relação com a educação e, assim, comprometendo os resultados do processo educativo que deveriam gerar retorno para a própria população.

Por fim, mesmo com as intercorrências no trabalho realizado na Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal no que concerne as práticas educativas e a ampla demanda para concretizar-se da melhor maneira possível as ações formativas desses profissionais, reafirmo os esforços com que se compromete o pedagogo responsável por essa instituição e o papel

fundamental que desempenha perante as necessidades da sociedade e, principalmente, a contribuição, incentivo, inspiração e amor pela minha formação enquanto futura pedagoga. Finalizo essa pesquisa certa da minha escolha profissional e comprometida em fazer a diferença através de ações educativas que possibilitam a transformação e construção humana nos mais diversos espaços sociais que permeiam nossas vidas.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marcelino de Andrade. *Aprendizagem baseada em problemas na formação policial*. Revista MERCOPOL – Ano X N ° 10, 2017.

AMARAL, Marcelino de Andrade. *Aprendizagem baseada em problemas na formação policial: o caso da Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal*. 2019. 126 f, il. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BEZERRA, Laezia. *Com pouco efetivo da PM nas ruas do DF, a sensação de insegurança continua*. Correio Braziliense, 2023. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/cidades-df/2023/07/5108631-com-pouco-efetivo-da-pm-nas-ruas-do-df-a-sensacao-de-inseguranca-continua.html>. Acesso em: 18, jul, 2023

BORGES, Livia Freitas Fonseca. *Desescolarização nos Currículos de Pedagogia: disjunções entre a formação e atuação profissional*. Campo Grande - MS: Editora UFMS, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. *Matriz curricular nacional: para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009.

BRASIL. *Matriz curricular nacional: para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1996.

BRASÍLIA. *Escola Superior De Polícia Civil do Distrito Federal. Projeto Político Pedagógico da Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal. Riacho Fundo II: PCDF, 2021*.

BRASÍLIA. *Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal-ESPC. Plano de Desenvolvimento Institucional. Riacho Fundo II: PCDF, 2021*.

BRASÍLIA. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)*. Brasília: SEDH; MEC; MJ; UNESCO, 2007.

CHEVALLARD Y. *Transposição didática: do saber sábio ao saber ensinado*. La Pensee Sauvage, Argentina. (1991)

CORDEIRO, Bernadete M.P.; Suamy. S. *Direitos Humanos: referencial prático para docentes do ensino policial*. CICV: 2. Ed Brasília, 2005.

FREIRE. Paulo. *Educação como prática da liberdade [recurso eletrônico]* / Paulo Freire. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE. Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa / Antonio Carlos Gil*. - 4. ed. - 12. reimpr. - São Paulo : Atlas, 2009.

LAZZARINI, Álvaro. *Estudos de Direito Administrativo. Sistematização Rui Stoco*. 2 ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 1999.

LEITE, L. AFONSO, A. *Aprendizagem baseada na resolução de problemas*. Características, organização e supervisão. Boletim das Ciências, 48, p. 253-260, 2001.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez 1994 (Coleção Magistério).

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas* Curitiba: Educar, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos *Pedagogia e pedagogos, para quê?* José Carlos Libâneo - 12. ed. São Paulo, Cortez, 2018.

PERRENOUD, Philippe et al. *Formando professores profissionais*. Porto Alegre: Art-med, 2001.

PIMENTEL, A. *O Método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica*. Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina PR, 2001.

SACRISTÁN, Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUZA, Mariana Aparecida Serejo de. *Atuação profissional de pedagogos em contextos não escolares: pedagogia e currículo*. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

SOUZA, Samir Cristino de; DOURADO, Luis. *Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): Um Método De Aprendizagem Inovador Para O Ensino Educativo*. In: *Holos*, V. 5, p. 182-200, out. 2015. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2880/1143>>. Acesso em: 05 jun. 2023.